



CUSTOS E OPERAÇÕES CONTÁBEIS

Introdução

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo. Existem diversos registros que as civilizações antigas já possuíam um esboço de técnicas contábeis. Em termos de registro histórico é importante destacar a obra *Summa de Arithmetica, Geometrica, Proportioni et Proportionalita*, do Frei Pacioli, publicado em Veneza em 1494 (pouco depois da invenção da imprensa e um dos primeiros impressos no mundo). Esta obra descreve, em um dos seus capítulos, um método empregado por mercadores de Veneza no controle de suas operações, posteriormente denominado método das partidas dobradas ou método de Veneza.

Nos séculos seguintes ao livro de Pacioli a contabilidade expandiu sua utilização para instituições como a Igreja e o Estado e foi um importante instrumento no desenvolvimento do capitalismo, conforme opinião de importantes estudiosos como o sociólogo Max Weber. No entanto as técnicas e as informações ficavam restritas ao dono do empreendimento, pois os livros contábeis eram considerados sigilosos. Isto limitou consideravelmente o desenvolvimento da ciência uma vez que não existia troca de ideias entre os profissionais.

Mais recentemente, com o desenvolvimento do mercado acionário e a fortalecimento da sociedade anônima como forma de sociedade comercial, a contabilidade passou a ser considerada também como um importante instrumento para a sociedade. Diz-se que o usuário das informações contábeis, já não é mais somente o proprietário; outros usuários hoje também têm interesse em saber sobre uma empresa: sindicatos, governo, fisco, investidores, credores, etc.

A palavra Custo é aplicada em diversas situações sendo que, no âmbito empresarial pode-se denominar como a mensuração econômica dos recursos adquiridos para a obtenção e a venda dos produtos e serviços da empresa, sendo que se custo é o valor que se paga por algo e tendo as relações comerciais sempre duas partes, a que compra e a que vende o que para o comprador é custo, para o vendedor é o preço da venda. Com a evolução dos processos industriais que tornaram a fabricação mais rápida e barata, o volume de produção também aumentou.

Com o crescimento constante, a diversificação dos negócios, dispersão geográfica, sofisticação das finanças e da produção exigiram que parte dos controles e do gerenciamento das atividades administrativas, financeiras e produtivas da empresa fosse passada para as mãos de terceiros. Com isso houve a necessidade de desenvolver controles mais confiáveis para atender a demanda dos donos das empresas. Ao final do século XVIII e início do século XIX algumas pesquisas já indicavam que estavam sendo utilizadas algumas ferramentas gerenciais de custos.

A apuração e gestão dos custos são aplicadas a qualquer empresa, não importando as atividades envolvidas, porém, é de suma importância no caso das empresas industriais, visto a dificuldade em se atribuir os custos do processo de produção aos produtos acabados.

Tema 1: Introdução à Contabilidade

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo. Existem diversos registros que as civilizações antigas já possuíam um esboço de técnicas contábeis. Em termos de registro histórico é importante destacar a obra *Summa de Arithmetica, Geometrica, Proportioni et Proportionalita*, do Frei Pacioli, publicado em Veneza em 1494 (pouco depois da invenção da imprensa e um dos primeiros impressos no mundo). Esta obra descreve, em um dos seus capítulos, um método empregado por mercadores de Veneza no controle de suas operações, posteriormente denominado método das partidas dobradas ou método de Veneza.

Nos séculos seguintes ao livro de Pacioli a contabilidade expandiu sua utilização para instituições como a Igreja e o Estado e foi um importante instrumento no desenvolvimento do capitalismo, conforme opinião de importantes estudiosos como o sociólogo Max Weber. No entanto as técnicas e as informações ficavam restritas ao dono do empreendimento, pois os livros contábeis eram considerados sigilosos. Isto limitou consideravelmente o desenvolvimento da ciência uma vez que não existia troca de ideias entre os profissionais.

Mais recentemente, com o desenvolvimento do mercado acionário e a fortalecimento da sociedade anônima como forma de sociedade comercial, a contabilidade passou a ser considerada também como um importante instrumento para a sociedade. Diz-se que o usuário das informações contábeis, já não é mais somente o proprietário; outros usuários hoje também têm interesse em saber sobre uma empresa: sindicatos, governo, fisco, investidores, credores etc. Mas afinal, o que é Contabilidade?



Conceito e Finalidade da Contabilidade

A contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinada a prover aos seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização. O objetivo da contabilidade é coletar, registrar, resumir, analisar, e relatar, em termos monetários, informações acerca dos negócios das companhias.

Aplicação e Usuários da Contabilidade

Os usuários da contabilidade são indivíduos ou entidades que precisam das informações sobre o patrimônio de uma entidade. Como exemplo, temos os gestores da entidade, investidores e possíveis investidores, empregados, bancos e entidades equiparadas, fornecedores, clientes, Estado e sociedade. Abaixo apresentamos alguns dos motivos que estes usuários utilizam a contabilidade:

- (a) Gestores da entidade: utilizam as informações contábeis fundamentar as suas decisões, garantindo assim a continuidade da mesma;
- (b) Investidores e possíveis investidores: são indivíduos ou entidades que aplicam os seus recursos em outras entidades e utilizam as informações para verificar a situação financeira da organização, a sua rentabilidade e com base nestas informações tomarem decisões de continuar ou não investindo em determinado projeto;
- (c) Empregados: utilizam as informações contábeis para verificar a estabilidade e a rentabilidade da entidade. Com base nestas informações são negociados os benefícios, como aumento de salários, previdência privada, convênio medido, participação nos lucros, e muitos outros;

- (d) Banco e entidades equiparadas: utilizam as informações para identificarem a capacidade de geração de lucro e caixa das entidades. Com isso podem definir o limite de crédito a ser aprovado para cada cliente e mensurar os riscos da operação para definir a taxa de juros;
- (e) Fornecedores: utilizam as informações contábeis para mensurar a capacidade dos seus clientes. Informação fundamental para definição do limite de crédito definido para cada cliente;
- (f) Clientes: utilizam as informações contábeis para identificar a capacidade de fornecimento e a situação financeira dos seus fornecedores. Estas informações podem auxiliar os gestores na decisão de fechamento de contratos de compra;
- (g) Estado: utilizam as informações contábeis para mensurar as atividades da entidade. Com estas informações o Estado confronta o valor de tributos devidos e o valor de tributos já recolhido pelo contribuinte. Outra forma de uso é a criação de políticas de incentivos para determinados produtos, setores ou regiões. Existem muitas outras atividades desenvolvidas pelo Estado com base nas informações contábeis;
- (h) Sociedade: utiliza as informações contábeis para identificar os investimentos que a entidade está fazendo na sua região, como a geração de empregos, construções de creches e muitos outros.

Princípios Contábeis

Princípio do Custo como Base de Valor

O custo de aquisição de um ativo ou dos insumos necessários para fabricá-los e colocá-los em condições de gerar benefícios para a Entidade representa a base de valor para a Contabilidade, expresso em termos de moeda de poder aquisitivo constante.

Princípio do Denominador Comum Monetário

As demonstrações contábeis serão expressas em termos de moeda nacional de poder aquisitivo da data do último Balanço Patrimonial.

Princípio da Realização da Receita

A receita é considerada realizada e, portanto, passível de registro pela Contabilidade, quando produtos ou serviços produzidos ou prestados pela Entidade são transferidos para outra Entidade ou pessoa física com a anuência destas e mediante pagamento ou compromisso de pagamento especificado.

Princípio do Confronto das Despesas com as Receitas e com os Períodos Contábeis/Competência

As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem sempre simultaneamente se correlacionarem, independentes de recebimento ou pagamento.

Convenções

Convenção de Objetividade

Para que não haja distorções nas informações contábeis, deve-se escolher, entre vários procedimentos, o mais adequado e mais objetivo para descrever um evento contábil.

Os registros contábeis deverão sempre ter um suporte documental.

Convenção da Materialidade

O contador deverá, sempre, avaliar a influência e materialidade da informação evidenciada ou negada para o usuário, visando o custo-benefício.

Convenção do Conservadorismo

A posição conservadora será evidenciada no sentido de antecipar o prejuízo e nunca antecipar o lucro. A convenção determinada a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os componentes do passivo.

Convenção da Consistência

Uma vez adotado certo critério contábil, dentro de vários igualmente relevantes, ele não deverá ser mudado constantemente para que não impossibilite dos relatórios contábeis e dos estudos de tendências.

Legislação e Pronunciamentos contábeis

Empresas Limitadas:

Resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Empresas S.A. e de Grande Porte:

Lei das S.A 6.404/76

Lei complementares 11.638/2007

Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Contabilidade no Brasil:



Órgãos em que envolvem o universo Contábil

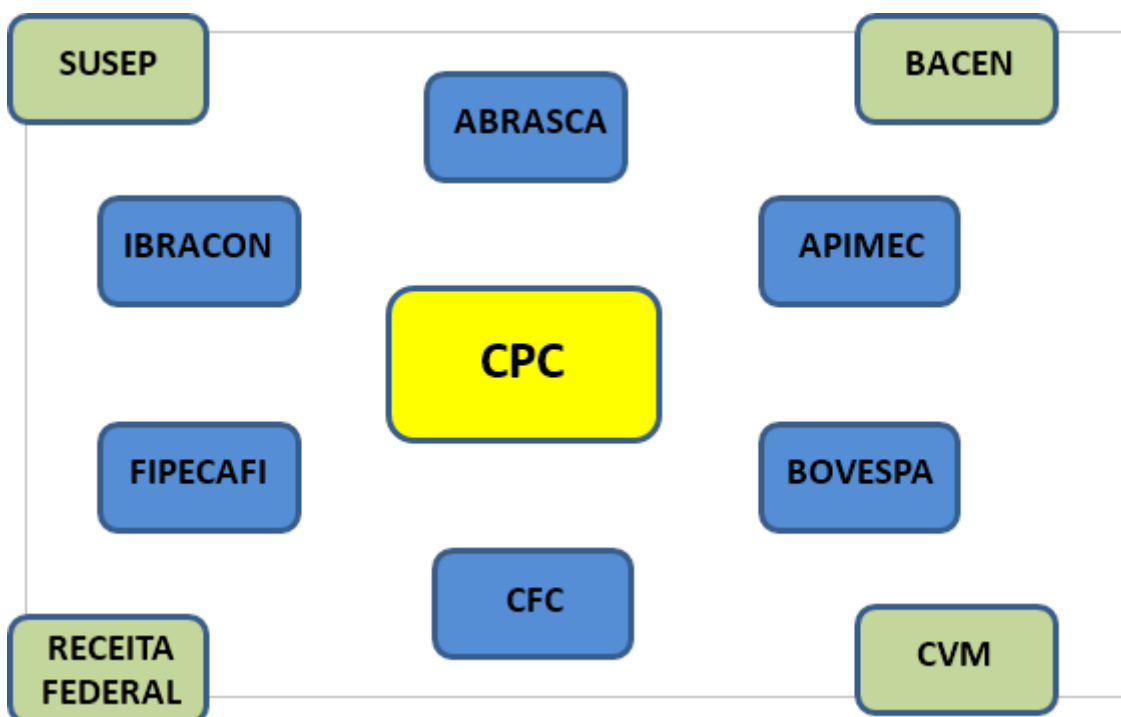


Figura: Órgãos Contábeis

Resumo

A contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinada a prover aos seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização. Os usuários da contabilidade são indivíduos ou entidades que precisam das informações sobre o patrimônio de uma entidade. A estrutura conceitual básica da

contabilidade é formada por Postulados, Princípios e Convenções. A contabilidade segue a legislação e pronunciamentos contábeis de acordo com seu por.

Atividades

Assista o vídeo sobre a ciência da contabilidade, afinal é uma ciência exata ou humana?



1. Qual a finalidade da contabilidade?
2. Quem são os usuários da contabilidade?
3. Pelo que a estrutura conceitual básica da contabilidade é formada?
4. Explique os princípios da entidade e da realização de receita
5. Explique a importância da contabilidade para os negócios.

Tema 2: Conceitos

Ativo, Passivo e Patrimônio líquido.

A representação quantitativa do Patrimônio de uma entidade é conhecida como Balanço Patrimonial, que é uma das mais importantes demonstrações contábeis e através da qual podemos apurar a situação patrimonial-financeira de uma entidade em determinado momento. O Balanço Patrimonial é composto de três elementos básicos:

ATIVO - Bens e direitos

PASSIVO - Obrigações

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Diferença Ativo/Passivo

Ativo

São os bens de valor. Aqueles que representam um poder de compra (caixa) e um direito a receber (contas a receber); aqueles que podem ser vendidos e convertidos em caixa ou contas a receber (estoques); e aqueles que oferecem benefício potencial, direitos ou serviços ao seu proprietário, presente ou futuro (edifícios, máquinas, terrenos, etc.). As contas do ativo são de natureza devedora.

D	Ativo	C
Aumenta o Saldo		Diminui o Saldo

Passivo:

O passivo significa as obrigações a pagar aos credores. Aqueles que financiam o proprietário da companhia (contas a pagar e empréstimos a pagar), ou seja, o capital de terceiros.

D	Passivo e PL	C
Diminui o Saldo		Aumenta o Saldo

Entenda melhor ATIVO e PASSIVO



Patrimônio Líquido

A diferença entre o ativo e o passivo (bens e obrigações) é o líquido ou capital próprio. Assim, os totais dos dois lados de um balanço patrimonial são sempre iguais, pois, não importa que transações ocorram, os bens de uma companhia são sempre iguais aos direitos dos credores e dos proprietários. As contas do passivo e patrimônio líquido são de natureza credora.



Bens

- **Móveis:** são todos os bens que podem ser movimentados. **Exemplo:** Mesas, computadores, utensílios.
- **Imóveis:** São os bens relativos a propriedade. **Exemplo:** Galpões, salas, prédios.
- **Tangíveis:** são os bens necessários para realizar as transações e movimentações da empresa. **Exemplo:** Estoque, máquinas e equipamentos.
- **Bens Intangíveis:** são aqueles que apesar de não ter poder ser tocados, são considerados bens. **Exemplo:** Marcas e Patentes, logotipos.

Apuração do Resultado

É o confronto entre as contas de receitas, custos e despesas no período contábil sendo positivo ocasiona um Lucro e irá no balanço patrimonial aumentando o patrimônio líquido, se negativo será prejuízo e irá no balanço patrimonial diminuindo o patrimônio líquido. Para conhecer o resultado de um exercício é preciso confrontar o total das despesas com o total das receitas correspondentes ao respectivo exercício. Exemplo:

D <i>Receita de Serviços</i> C	D <i>Despesas de Salários</i> C
(2) 160.000	160.000 (1)
160.000	(1) 30.000
30.000	30.000 (2)

D <i>Despesas de Luz</i> C	D <i>Lucros Acumulados</i> C
(1) 4.000	305.000 (1)
4.000	126.000 (3)
126.000	126.000

D <i>Resultado do Período</i> C	
(3) 126.000	126.000 (2)
126.000	

- (1) Saldos iniciais
- (2) Apuração do resultado
- (3) Transferências para reserva de lucros

Adicionalmente, com base nas informações das contas de receitas e despesas, é preparada a demonstração do resultado do exercício:

Receita de serviços	R\$ 160.000
Despesas de salários	R\$ (30.000)
Despesa da luz	R\$ (4.000)
Lucro líquido do período	R\$ 126.000

Assim, são dois os regimes contábeis conhecidos que disciplinam a apuração do Resultado do Exercício: Regime de Caixa e Regime de Competência. É o regime contábil a ser adotado que definirá que despesas e receitas deverão ser consideradas na apuração do resultado do respectivo exercício.

Regime de Caixa

Somente é admissível em entidades sem fins lucrativos, em que os conceitos de receitas e despesa se identificam, algumas vezes, com os de recebimento e pagamento. É uma forma simplificada de contabilidade, sendo as receitas contabilizadas quando do seu recebimento e as despesas no ato do pagamento. É aplicada basicamente às entidades sem fins lucrativos (igrejas, clubes, associações e entidades filantrópicas, etc.); em geral, às entidades imunes à legislação tributária.

Regime de Competência

Segundo o princípio contábil da competência, as receitas e as despesas são contabilizadas quando incorridos (receitas = no momento da transferência da posse dos bens ou prestação dos serviços vendidos; despesas = no momento do consumo do bem ou serviço), independentemente de terem sido recebidas ou pagas, respectivamente.

Receita, Despesa e Custo

Receita

É o resultado da venda de mercadorias, produtos ou serviços à vista ou a prazo, da atividade normal da empresa. A companhia apura receitas principalmente em virtude da venda de bens, prestação de serviços e rendimentos provenientes de aplicação em títulos do governo ou particulares. Geralmente, o ingresso de receitas ocasiona aumento dos ativos da companhia. As contas de receita são de natureza credora. Exemplo: Contas a receber de R\$ 8.000 procedente da prestação de serviço de consultoria.

<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%; text-align: center;">D</td> <td style="width: 80%; text-align: center;"><i>Contas a Receber</i></td> <td style="width: 10%; text-align: center;">C</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center; border-right: 1px solid black;">8.000</td> <td></td> </tr> </table>	D	<i>Contas a Receber</i>	C		8.000		<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%; text-align: center;">D</td> <td style="width: 80%; text-align: center;"><i>Receita</i></td> <td style="width: 10%; text-align: center;">C</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center; border-right: 1px solid black;"></td> <td style="text-align: center;">8.000</td> </tr> </table>	D	<i>Receita</i>	C			8.000
D	<i>Contas a Receber</i>	C											
	8.000												
D	<i>Receita</i>	C											
		8.000											

D - Contas a Receber

C - Receita

Despesa:

As despesas, em linhas gerais, representam a utilização de bens e serviços. Normalmente as despesas estão associadas ao aumento de contas de passivo ou à redução de contas de ativo. As contas de despesas são de natureza devedora.

Exemplo 1: Contas a pagar com aluguel de um veículo no valor de R\$ 4.000.

<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%; text-align: center;">D</td> <td style="width: 80%; text-align: center;"><i>Contas a Pagar</i></td> <td style="width: 10%; text-align: center;">C</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center; border-right: 1px solid black;">4.000</td> <td></td> </tr> </table>	D	<i>Contas a Pagar</i>	C		4.000		<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%; text-align: center;">D</td> <td style="width: 80%; text-align: center;"><i>Despesa de Aluguel</i></td> <td style="width: 10%; text-align: center;">C</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center; border-right: 1px solid black;">4.000</td> <td></td> </tr> </table>	D	<i>Despesa de Aluguel</i>	C		4.000	
D	<i>Contas a Pagar</i>	C											
	4.000												
D	<i>Despesa de Aluguel</i>	C											
	4.000												

D – Despesas de Aluguel

C – Contas a Pagar

Exemplo 2: Apropriação de despesa com seguros no valor de R\$ 2.000.

D	Despesa Antecipada	C	D	Despesa com Seguro	C
	2.000			2.000	

D – Despesa com seguros

C – Despesas antecipadas

Custo

Custos representam o valor dos recursos aplicados na produção de um bem ou serviço, sendo ativados até que venham produzir receitas para a empresa, quando então são levados ao resultado da empresa com a denominação “Custo dos Produtos ou Serviços Prestados”. É o preço pelo qual se obtém um bem, direito ou serviço. Por extensão é também o montante do preço da matéria-prima, mão de obra e outros encargos incorridos para a produção de bens ou serviços.

Natureza dos custos

As contas de custos têm a natureza devedora. Geralmente ocasionam um aumento dos passivos ou a relação das contas dos ativos da companhia.

Reconhecimento dos custos

O reconhecimento do custo acompanha o fato econômico, ou seja, o custo referente ao bem vendido é transferido da conta de “Mercadorias” ou “Estoques” (ativo) para “Custo das mercadorias vendidas” (DRE).

Contabilização

A - Compra a prazo de mercadorias por R\$ 100.000.

D – Estoque de mercadorias

C – Fornecedores

B - Venda por R\$ 180.000 de 50% das mercadorias compradas.

D – Contas a receber

C – Receita de vendas

C - Apuração do custo das mercadorias vendidas (R\$ 100.000 x 50% = R\$ 50.000)

D – Custo das mercadorias vendidas

C – Mercadorias

<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">D</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">C</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"><i>Mercadorias</i></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(A) 100</td> <td style="text-align: center;">50 (C)</td> </tr> </table>	D	C	<i>Mercadorias</i>		(A) 100	50 (C)	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">D</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">C</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"><i>Fornecedores</i></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">100 (A)</td> </tr> </table>	D	C	<i>Fornecedores</i>			100 (A)
D	C												
<i>Mercadorias</i>													
(A) 100	50 (C)												
D	C												
<i>Fornecedores</i>													
	100 (A)												
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">D</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">C</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"><i>Contas a Receber</i></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(B) 180</td> <td></td> </tr> </table>	D	C	<i>Contas a Receber</i>		(B) 180		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">D</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">C</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"><i>Receita de Vendas</i></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">180 (B)</td> </tr> </table>	D	C	<i>Receita de Vendas</i>			180 (B)
D	C												
<i>Contas a Receber</i>													
(B) 180													
D	C												
<i>Receita de Vendas</i>													
	180 (B)												
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">D</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">C</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"><i>CPV</i></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(C) 50</td> <td></td> </tr> </table>		D	C	<i>CPV</i>		(C) 50							
D	C												
<i>CPV</i>													
(C) 50													

Conceitos complementares: Gasto, Desembolso, Investimento e Perda.

Gasto: sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um bem ou serviço, representado pela entrega ou promessa de entrega de bens ou direito (normalmente dinheiro).

Desembolso: pagamento resultante da aquisição de um bem ou serviço.

Investimento: gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a períodos futuros. Exemplo: Aquisição de Computadores.

Perda: é um gasto não intencional decorrente de fatores externos imprevistos ou da atividade produtiva normal da empresa. Exemplo: Equipamento danificado.

Resumo

O Balanço Patrimonial é composto de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O Ativo é composto por bens e direitos. As contas do ativo são de natureza devedora. O passivo significa as obrigações a pagar aos credores e suas contas são de natureza credora. O Patrimônio Líquido é a diferença entre o ativo e o passivo (bens e obrigações). A Apuração do Resultado é o confronto entre as contas de receitas, custos e despesas no período contábil. Os regimes contábeis conhecidos que disciplinam a apuração do Resultado do Exercício é o Regime de Caixa e Regime de Competência. O Regime de Caixa é uma forma simplificada de contabilidade, sendo as receitas contabilizadas quando do seu recebimento e as despesas no ato do pagamento. No Regime de Competência as receitas e as despesas são contabilizadas quando incorridos, ou seja, as receitas no momento da transferência da posse dos bens ou prestação dos serviços vendidos e as despesas no momento do consumo do bem ou serviço, independentemente de terem sido recebidas ou pagas, respectivamente. Receita é o resultado da venda de mercadorias, produtos ou serviços à vista ou a prazo, da atividade normal da empresa. Despesas, em linhas gerais, representam a utilização de bens e serviços. Custos representam o valor dos recursos aplicados na produção de um bem ou serviço.



Faça uma tabela com seus ativos e passivos pessoais!!!!

Atividades

Assista este vídeo que irá te ajudar a compreender melhor sobre bens, direitos e obrigações



1. O que compõe o Ativo?
2. O que compõe o Passivo?
3. O que compõe o Patrimônio Líquido?
4. Quais os três elementos básicos que compõe o Balanço Patrimonial?
5. O que compõe a Apuração do Resultado? E quais os seus dois possíveis resultados?

Tema 3: Classificação e Plano de Contas

Conceito de Conta Contábil e Plano de Contas

Conta contábil

A conta é a representação gráfica de débitos e créditos da mesma natureza ou espécie, identificadas por nomes dados aos componentes patrimoniais (bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido) ou às variações patrimoniais ocorridas (receitas e despesas). As contas classificam-se em dois grandes grupos:

- Contas Patrimoniais: São aquelas representativas do ativo e do passivo da entidade, representando, num dado momento, por meio do balanço patrimonial, a situação estática do patrimônio.
- Contas de Resultado: São contas que alteram o patrimônio líquido e representam a situação dinâmica.

As contas são cadastradas ou implantadas com base no plano de contas, previamente desenvolvido de acordo com a estrutura patrimonial da empresa e obedecendo aos dispositivos da legislação societária.

Plano de Contas:

Cada empresa deverá elaborar seu plano de contas mediante adaptação as suas particularidades de operação, seguindo padrões estabelecidos pelos órgãos regulamentadores, seguindo a ordem de grau de liquidez. Representação Gráfica da Conta Contábil:

D	"Conta T"	C
Aplicação		Origem

Método das Partidas Dobradas

Entenda neste vídeo o que são os razonetes e como montá-los



Cada lançamento a débito deve corresponder a um lançamento a crédito. A somatória dos saldos das contas devedoras deverá ser igual ao somatório das contas credoras.

Lançamentos

Um lançamento deve conter:

- Data

- Histórico
- Conta Contábil a Débito
- Conta Contábil a Crédito
- Somatória igual a Débito e a Crédito

O Mecanismo de Débito e Crédito pode ser demonstrado da seguinte forma:

Contas de:	Para aumentar o saldo	Para diminuir o saldo
ATIVO	Lançamento a Débito	Lançamento a Crédito
PASSIVO	Lançamento a Crédito	Lançamento a Débito
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Lançamento a Crédito	Lançamento a Débito

- As contas de Despesas são sempre debitadas, pois representam redução do Patrimônio Líquido.
- As contas de Receitas são sempre creditadas, pois representam o aumento do Patrimônio Líquido.

Classificação

1 Ativo

11 Ativo Circulante

111 Disponibilidades

As disponibilidades representam os itens de maior liquidez no balanço patrimonial.

1111 Caixa

Fundo Fixo: quantia fornecida a um responsável, normalmente gestor de um departamento, em quantidade suficiente para o pagamento de pequenos gastos, periodicamente efetua-se a prestação de contas do valor fatos, repondo-se o valor do fundo fixo por meio um pagamento nominal a seuresponsável.

Caixa Flutuante: neste sistema transitam pela conta Caixa os recebimentos e pagamentos em dinheiro, este sistema não é muito recomendado tendo em vista o alto grau de complexidade envolvido em sua conciliação.

Caixa Pequeno: valor disponível em dinheiro na empresa para pagamento de despesas não relevantes da empresa.

1112 Banco Conta Movimento

Banco Conta Movimento: este grupo de contas representa as contas correntes mantidas pela empresa em diferentes Instituições Financeiras, tecnicamente e por questões operacionais é aconselhável a criação de uma conta contábil para cada Instituição Financeira onde a empresa mantenha suas operações financeiras.

Conta Corrente com Saldo “NEGATIVO”: nestes casos devemos classificar este saldo no grupo de passivo circulante e de forma alguma demonstrá-los reduzindo os saldos das demais contas de ativo circulante, pois neste caso trata-se de uma obrigação que a empresa contraiu junto a Instituição Financeira.

Banco Conta Movimento – Conciliação: são preparadas em bases mensais, representa uma reconciliação entre o saldo da conta corrente bancária com o saldo da razão analítica (conta T). As conciliações demonstram as transações registradas pelo banco e não pela Empresa e as contabilidades pela Empresa e não pelo Banco.

1113 Cheques Pré-Datados

Data de Contabilização de Cheques: os cheques devem ser contabilizados pela data de sua emissão, considerado que este serão entregues aos seus beneficiários momentos após sua confecção.

1114 Aplicações Financeiras (curto prazo)

Aplicações Financeiras (curto prazo): são realizadas para tornar rentável o excesso temporário de dinheiro em bancos se protegendo de possíveis efeitos inflacionários. As aplicações serão classificadas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos até a data do balanço ou pelo valor de mercado, se este for menor. As aplicações financeiras devem ser avaliadas pelos juros auferidos à medida que decore o tempo, devendo seu reconhecimento social obedecer ao regime de competência, ou seja, reconhece-se a receita à medida do tempo transcorrido (pró-rata).

Aplicações Financeiras (curto-prazo) – Tipos:

- Certificado de Depósito Bancário (CDB)
- Fundos (Renda Fixa e/ou Variável)
- Títulos do Banco Central
- Títulos do Tesouro Nacional
- Ações Adquiridas ou Cotadas na Bolsa

112 Valores a receber

1121 Contas a Receber de Clientes

São valores a receber oriundos ao objeto principal da empresa, ou seja, duplicadas ou faturas em abertos na data do Balanço relativos a venda a Prazo de Mercadorias ou Serviços. Esta conta deve ser segregada em Nacionais e Internacionais.

1122 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (-)

Esta provisão deve ser feita para cobrir as perdas estimadas nas cobranças das contas a receber. Ela não é dedutível da base de cálculo do IRPJ e CSSL, e o seu cálculo devem varias de uma empresa para outra, pois deve ser levado em consideração o histórico de recebimento de cada uma e uma análise apurada de sua carteira de clientes.

1123 Adiantamentos

Adiantamentos a Fornecedores: são classificados nesta conta os valores relativos a antecipações de numerários a fornecedores vinculados a aquisição de mercadoria ou serviços inerentes a atividade da empresa. Cabe observar que só devem ser registrados nesta conta os valores relativos as mercadorias e/ou serviços que ainda não foram entregues/prestados à empresa, sendo que quando da efetiva entrega estes valores devem ser deduzidos do valor devido ao fornecedor.

Adiantamento a Funcionários: são registradas nestas contas todas as operações de créditos a funcionários, que podem ser: Adiantamentos p/ viagens, Adiantamento p/ Despesas, Adiantamentos de Salários, Empréstimos a Funcionários, Adiantamentos de 13º Salário e Férias.

Adiantamentos de Salários: compreende os valores relativos a antecipações quinzenais, prática muito comum atualmente.

Adiantamento de 13º Salário: de acordo com a legislação trabalhista, de fevereiro a outubro, por ocasião de férias ou por liberalidade da empresa. Até 30 de novembro é a empresa precisa fazer a antecipação de 13º Salário obrigatoriamente.

Antecipações de Férias: o registro nesta conta ocorrerá quando do pagamento de férias ao funcionário, e sua baixa ocorrerá quando da saída de férias do funcionário, por meio de folha de pagamento ou de rescisão contratual.

113 Impostos a recuperar

Serão classificados neste agrupamento de contas os valores oriundos de operações que geraram créditos de impostos ou impostos pagos a maior, para facilitar o controle destes valores é recomendável a segregação das contas de acordo com a natureza dos impostos em questão. Segue abaixo exemplo de algumas contas que fazem parte deste grupo:

- IPI a Compensar
- ICMS a compensar
- IRRF s/ Aplicações Financeiras
- IRRF s/ NF's serviços
- PIS a Recuperar
- COFINS a Recuperar
- IRPJ/CSSL anos anteriores
- IRPJ/CSSL Antecipações do ano.

114 Estoques

115 Despesas Antecipadas

2 Passivo

21 Passivo Circulante

211 Empréstimos

São classificados nesta conta as obrigações da empresa junto a instituições financeiras do país e do exterior, cujos recursos podem estar destinados tanto para financiar imobilizações como para capital de giro. Cabe observa que os contratos de empréstimos devem um contrato entre as partes.

212 Fornecedores

São classificados nesta conta as notas fiscais provenientes da compra de matérias-primas, mercadorias, outros materiais e serviços. A contabilização das compras deve ser feita em função da data da transmissão do direito de propriedade que usualmente corresponde a data de recebimento da mercadoria. Esta conta deve ser segregada em Nacionais e Internacionais.

213 Obrigações Sociais

214 Obrigações Tributárias

Serão classificadas neste agrupamento de contas as obrigações com o Governo relativas a impostos, taxas e contribuições, e para facilitar o controle destes valores é recomendável a segregação das contas de acordo com a natureza dos impostos em questão. Segue o exemplo de algumas contas que fazem parte deste grupo:

- IPI a Pagar
- ICMS a Pagar
- IRRF s/ Terceiros
- CSRF a Pagar
- PIS a Pagar
- COFINS a pagar
- IRPJ/CSSL a Pagar
- ISS s/ Terceiros
- INSS s/ Terceiros

215 Provisões Sociais

Plano de Contas

O Plano de Contas é o elenco de contas com funções previamente determinadas, destinado a conduzir o registro sintético e analítico dos fatos contábeis ocorridos no

Patrimônio da entidade: cabe observar que o Plano de Contas, em geral, deve ser dinâmico e flexível, salvo aqueles definidos por legislação específica, que possuem uma estrutura mais rígida.

Objeto Social da Organização: o elenco de contas contempla nomenclaturas para as mais variadas situações que necessitem contabilização, envolvendo empresas públicas, de prestação de serviços, comercial e industrial. Assim, deve sofrer as adaptações necessárias, considerando as peculiaridades de cada entidade, embora alguns termos utilizados sejam comuns.

Finalidade e Funcionamento das Contas: a elaboração do Plano de Contas objetiva homogeneizar o sistema de escrituração, classificação dos documentos, tratamento e análise dos resultados e dos fatos contábeis.

Codificação das Contas: a codificação do Plano de Contas deve ser elaborada utilizando-se de vários níveis de detalhes, de modo a atender aos seus usuários dentro de uma lógica de classificação das diversas operações correspondentes aos atos ou fatos contábeis realizados.

Veja como funciona na prática um Plano de Contas



A seguir um modelo de Plano de Contas:

Plano de Contas

10	RECEBIMENTOS	Não	Receita Operacional Bruta
10.01	OPERACIONAIS	Não	Receita Operacional Bruta
10.01.01	VENDA DE MERCADORIAS	Não	Receita Operacional Bruta
10.01.02	REVENDA DE MERCADORIAS	Não	Receita Operacional Bruta
10.01.03	VENDA DE SERVIÇOS	Não	Receita Operacional Bruta
10.01.04	CHEQUE RECEBER A COMPENSAR	Não	Receita Operacional Bruta
10.01.05	OUTRAS RECEITAS	Não	Receita Operacional Bruta
10.01.06	SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA A RECEBER	Não	Receita Operacional Bruta
10.02	FINANCEIRAS	Não	Deduções da Receita Bruta
10.02.01	JUROS RECEBIDOS	Não	Deduções da Receita Bruta
10.02.02	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO	Não	Deduções da Receita Bruta
10.02.03	DESCONTOS RECEBIDOS	Não	Deduções da Receita Bruta
10.02.04	SUPRIMENTO DE CAIXA	Não	Deduções da Receita Bruta
10.02.05	DESCONTOS VERBAS PROMOCIONAS RECEBIMENTOS	Não	Outras Receitas Operacionais
10.02.06	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	Não	Outras Receitas Operacionais
11	RECEITAS PDV	Não	
20	PAGAMENTOS	Sim	Despesas Operacionais
20.01	DESPESAS OPERACIONAIS	Sim	Despesas Operacionais
20.01.01	COMPRA MERCADORIAS PARA REVENDA	Sim	Despesas Operacionais
20.01.02	COMPRA EMBALAGENS	Sim	Despesas Operacionais

20.01.03	FRETES E CARRETOS	Sim	Despesas Operacionais
20.01.04	DESPESAS DE ARMAZENAGEM	Sim	Despesas Operacionais
20.01.05	DESPESAS ADUANEIRAS	Sim	Despesas Operacionais
20.01.06	CHEQUE PAGAR A COMPENSAR	Sim	Despesas Operacionais
20.01.07	UNIFICAÇÃO TÍTULOS A PAGAR	Sim	Despesas Operacionais
20.01.08	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	Sim	Despesas Operacionais
20.01.09	FRETE MARITÍMO	Sim	Despesas Operacionais
20.02	DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.01	SALÁRIOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.02	PRÓ LABORE	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.03	FÉRIAS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.04	13º SALÁRIO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.05	INSS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.06	FGTS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.07	CONVÊNIO MÉDICO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.08	VALE TRANSPORTE	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.09	ALIMENTAÇÃO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.10	CONVÊNIO FARMÁCIA	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.11	CONVÊNIO SUPERMERCADO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.12	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.13	SEGURO DE VIDA	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.14	ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.15	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.16	PROCESSOS TRABALHISTAS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.02.17	RESCISÃO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03	DESPESAS GERAIS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.01	ENERGIA ELÉTRICA	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.02	CORREIOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.03	TELEFONE	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.04	ÁGUA E ESGOTO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.05	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.06	DESPESAS COM VEÍCULOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.07	SERVIÇOS DE TERCEIROS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.08	DESPESAS DE VIAGENS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.09	SEGUROS PREDIAL E VEÍCULOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.10	MULTAS DE TRÂNSITO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.11	DESPESAS EQUIPAMENTOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.12	JORNAIS/LIVROS/REVISTAS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.13	MATERIAL DE LIMPEZA DE CONSERVAÇÃO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.14	MATERIAL EXPEDIENTE/COPA/COZINHA	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.15	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.16	EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.17	CONSÓRCIOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.18	COMBUSTÍVEIS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.19	MATERIAL TÉCNICO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.20	INFORMÁTICA	Sim	Despesas Gerais e Administrativas

20.03.21	UNIFORMES	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.22	COMISSÕES	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.23	TAXI/TELENTREGAS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.24	ALUGUÉIS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.25	HONORÁRIOS CONTÁBEIS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.26	HONORÁRIOS ADVOGATICOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.27	MATERIAL DE INFORMÁTICA	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.28	OUTRAS DESPESAS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.29	MANUTENÇÃO PREDIAL	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.30	CONDOMÍNIO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.31	SERVIÇOS GRÁFICOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.32	REEMBOLSO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.33	DESPESAS CARTORIAIS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.34	FEIRAS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.35	INSTALAÇÕES	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.36	SEGURANÇA	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.37	ANÁLISE DE CRÉDITO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.38	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.39	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.40	CUSTAS JUDICIAIS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.41	DESPESAS DIRETORIA	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.03.42	DESPESAS REPRESENTAÇÃO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.04	DESPESAS FINANCEIRAS	Sim	Despesas Financeiras
20.04.01	TARIFAS BANCÁRIAS	Sim	Despesas Financeiras
20.04.02	JUROS PAGOS	Sim	Despesas Financeiras
20.04.03	DESCONTOS CONCEDIDOS	Sim	Despesas Financeiras
20.04.04	IOF	Sim	Despesas Financeiras
20.04.05	DESPESAS COM FINANCIAMENTOS	Sim	Despesas Financeiras
20.04.06	CHEQUE RECEBER DEVOLVIDO	Sim	Despesas Financeiras
20.05	TRIBUTÁRIAS / SOCIAIS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.01	ICMS A RECOLHER	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.02	IPI A RECOLHER	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.03	PIS A RECOLHER	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.04	COFINS A RECOLHER	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.05	IRPJ A RECOLHER	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.06	CSLL A RECOLHER	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.07	IMPOSTOS IMPORTAÇÃO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.08	OUTRAS TAXAS E IMPOSTOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.09	ICMS IMPORTAÇÃO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.10	IPTU	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.11	IPVA	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.12	SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PAGAR	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.13	IRRF SALÁRIOS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.05.14	IRRF	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.06	RETENÇÃO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.06.01	RETENÇÃO PIS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas

20.06.02	RETENÇÃO COFINS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.06.03	RETENÇÃO CSLL	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.06.04	RETENÇÃO PIS/COFINS/CSLL	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.06.05	RETENÇÃO IRFF	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.06.06	RETENÇÃO INSS	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.06.07	RETENÇÃO ISSQN	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.07	IMOBILIZADO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.07.01	COMPRA DE BENS ATIVO IMOBILIZADO	Sim	Despesas Gerais e Administrativas
20.08	IMPORTAÇÃO	Sim	Despesas Operacionais
20.08.01	ARMAZENAGEM	Sim	Despesas Operacionais
21	DESCONTO DE TÍTULOS	Sim	(-) Despesas Não Operacionais
21.01	JUROS OPERAÇÃO DESCONTO DUPLICATA	Sim	Despesas Financeiras
30	ADIANTAMENTOS	Sim	Despesas Financeiras
30.01	ADIANTAMENTO DE FORNECEDORES	Sim	Despesas Financeiras
30.02	ADIANTAMENTO DE VIAGENS	Sim	Despesas Financeiras
40	DESCONTO TÍTULOS - ENTRADA	Não	Deduções da Receita Bruta
40.01	OPERAÇÃO DESCONTO DUPLICATAS	Não	Outras Receitas Operacionais
90	TRANSFERÊNCIAS	Sim	Despesas Financeiras
90.01	TRANSFERÊNCIAS ENTRE PORTADORES	Sim	Despesas Financeiras
90.02	DESCONTO VERBAS PROMOCIONAIS	Sim	Despesas Financeiras



Que tal fazer uma Planilha com o Plano de Contas? Ótima oportunidade para você treinar o uso da aplicação Excel para desenvolver o Plano de Contas.

Resumo

A conta é a representação gráfica de débitos e créditos da mesma natureza ou espécie, identificadas por nomes dados aos componentes patrimoniais. Cada empresa deverá elaborar seu plano de contas mediante adaptação as suas particularidades de operação, seguindo padrões estabelecidos pelos órgãos regulamentadores, seguindo a ordem de grau de liquidez. O Método das Partidas Dobradas diz que cada lançamento a débito deve corresponder a um lançamento a crédito e a somatória dos saldos das contas devedoras deverá ser igual ao somatório das contas credoras. As contas de Despesas são sempre debitadas, pois representam redução do Patrimônio Líquido. As contas de Receitas são sempre creditadas, pois representam o aumento do Patrimônio Líquido. O Plano de Contas é o elenco de contas com funções previamente determinadas, destinado a conduzir o registro sintético e analítico dos fatos contábeis ocorridos no Patrimônio da Entidade.

Atividades

Assista este vídeo do Plano de Contas



1. Defina uma conta contábil?
2. O que o Método das Partidas Dobradas nos ensina?
3. O que deve conter um lançamento?
4. Marque V para “Verdadeiro” e F para “Falso”. A conta de Despesa:
 - () São sempre creditadas
 - () São sempre debitadas
 - () Representam uma adição do Patrimônio Líquido
 - () Representam uma redução do Patrimônio Líquido
5. Marque V para “Verdadeiro” e F para “Falso”. A conta de Receita:
 - () São sempre creditadas
 - () São sempre debitadas
 - () Representam uma adição do Patrimônio Líquido
 - () Representam uma redução do Patrimônio Líquido

Tema 4: Ativo Não Circulante e Patrimônio Líquido

Ativo Não Circulante

A lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, através do seu artigo 179, item IV, conceitua como contas a serem classificadas no ativo imobilizado:

“Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”.

Para que um bem se caracterize como Ativo Imobilizado deve atender concomitantemente as seguintes características:

- Vida útil do bem superior a um ano
- Utilização intrínseca nos negócios da empresa
- Não seja destinado à venda
- Valor unitário superior a R\$ 326,61 (conf. Art. 31 do RIR)

Dessa definição, subentende-se que nesse grupo de contas do balanço são incluídos todos os bens de permanência duradora, destinados ao funcionamento normal da companhia e do seu empreendimento. A Lei 11.683/2007 também alterou a forma de demonstrar estes ativos no Balanço Patrimonial, sendo, desde então, o Ativo Não Circulante é dividido em:

- Ativo Realizável a Longo Prazo
- Investimentos
- Imobilizado
- Intangível

Ativo Realizável à Longo Prazo

São classificáveis no Realizável à Longo Prazo contas da mesma natureza das do Ativo Circulante, que, todavia, tenha sua realização certa ou provável após o término do exercício seguinte, o que, normalmente significa num prazo superior a um ano a partir do próprio balanço.

Investimento

São aplicações dos excessos das disponibilidades da empresa, que são classificados como temporários em função do tipo de investimento, do prazo de resgate, ou ainda, pela intenção da empresa quanto à época da pretensão do seu resgate.

Segue subgrupo dos Investimentos:

- Participações Permanentes em outras sociedades (Equivalência Patrimonial)
- Investimentos Incentivos (Finor, Finam, Fures e etc.)
- Outros Investimentos (Obras de arte, Imóveis e etc.)

Imobilizado (Bens Tangíveis)

Entre os itens classificados na categoria de ativo imobilizado estão: terrenos, máquinas, móveis e utensílios, veículos, equipamentos de informática, benfeitorias em propriedades de terceiros e etc. Conforme o CPC 27 item 7, um imobilizado deve ser reconhecido se for provável que este bem gerará benefícios futuros e se for possível mensurar o custo confiavelmente.

Depreciação

A maioria dos bens utilizados na manutenção dos negócios da companhia, com exceção de terrenos, tem uma vida útil limitada. A vida útil representa o tempo que o bem será utilizado pela

companhia em circunstâncias normais. Os fatores que limitam a vida útil de um bem são a deterioração e a obsolescência. A deterioração é o resgate físico do bem e a obsolescência é o processo pelo qual o bem se torna obsoleto com o desenvolvimento de novas tecnologias ou de processo mais aperfeiçoados.

Logo, em virtude de esses bens terem vida útil limitada, os princípios contábeis exigem que os custos incorridos em sua aquisição sejam apropriados à despesa (companhias comerciais), nos exercícios sociais relacionadas com a sua utilização. O sistema utilizado para transferir o custo desses bens para a despesa denomina-se depreciação. Veja esta dica sobre a depreciação:



Para efetuar o cálculo da depreciação é necessário definir o número de anos de vida útil do bem e a maneira de distribuir o seu custo pelos exercícios sociais. A empresa poderá realizar uma análise criteriosa dos bens que formam seu imobilizado a estimar sua vida útil econômica, considerando suas características técnicas, condições gerais de uso e outros fatores que podem influenciar em sua vida útil. O valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo de sua vida útil estimada.

O método de depreciação aplicada a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e se, houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo como Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Embora contabilmente a empresa possa determinar o período de depreciação de seus ativos a legislação fiscal estabelece as taxas utilizadas. Desta forma, para fins fiscais permanece a utilização das taxas informadas na legislação. As principais classes desses bens e suas respectivas vidas úteis estão discriminadas a seguir, conforme taxas admitidas pela legislação fiscal:

Classe	Taxa Anual	Anos de Vida Útil
Edifícios	4%	25 anos
Máquinas	10%	10 anos
Instalações	10%	10 anos
Móveis e utensílios	10%	10 anos
Veículos	20%	5 anos
Sistema de Pro. Dados	20%	5 anos

Intangível

Um ativo intangível deve ser reconhecido quando este for separável, ou seja, puder ser separado da entidade, vendido, transferido, licenciado, trocado ou alugado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Amortização do Intangível

A entidade deve avaliar se a vida útil de um ativo intangível é definida ou indefinida e, no primeiro caso, a duração ou o volume de produção semelhante que formam essa vida útil. A entidade deve atribuir vida útil indefinida a um ativo intangível quando, como base na análise de todos os fatores relevantes não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para entidade.

De acordo com o CPC 01 a entidade deve testar perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil, anualmente e sempre que venham a existir indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor.

Exemplo de Contabilização

Exemplo: Depreciação anual de um veículo adquirido em 1º de janeiro de 20X3 por R\$ 20.000 considerando que a vida útil do veículo é de 5 anos.

R\$ 20.000 = R\$ 4.000 por ano R\$ 333,33 ao mês.

5 anos

ANO	DEPRECIAÇÃO
20X3	4.000
20X4	4.000
20X5	4.000
20X6	4.000
20X7	4.000
Total	20.000

Contabilização em 31.12.20X3:

RESULTADO		ATIVO	
D	C	D	C
	4.000	Depreciação Acumul.	4.000

A conta “Depreciação acumulada”, de natureza credora, é classificada no balanço patrimonial no lado do ativo, como redução do custo do bem depreciado, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO	
Veículos	R\$ 20.000
Depreciação acumulada	<u>R\$ (4.000)</u>
	R\$16.000

Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Embora o patrimônio líquido seja definido como um valor residual, ele pode ter subclassificações no balanço patrimonial. Por exemplo, recursos aportados pelos sócios, reservas resultantes de apropriações de lucros e reservas para manutenção do capital podem ser demonstrados separadamente. Tais classificações podem ser importantes para a tomada de decisão dos usuários das

demonstrações contábeis quando indicarem restrições legais ou de outra natureza sobre a capacidade que a entidade tem de distribuir ou aplicar de outra forma os seus recursos patrimoniais. Podem também refletir o fato de que acionais de uma entidade tenham direitos diferentes em relação ao recebimento de dividendos ou reembolso de capital.

A constituição de reservas é, às vezes, exigida pelo estatuto ou por lei para dar à entidade e seus credores uma margem maior de proteção contra os efeitos de prejuízos. Outras reservas podem ser constituídas em atendimento a leis que concedem isenções ou reduções nos impostos a pagar quando são feitas transferências para tais reservas. A existência e o valor de tais reservas legais, estatutárias e fiscais representam informações que podem ser importantes para a tomada de decisão dos usuários. As despesas para tais reservas são apropriações de lucros acumulados, portanto, não constituem despesas. Conforme a Lei 11.638/07 art. 178, o PL é dividido em:

- **Capital Social:** Valores recebidos pela empresa, ou por ela gerados, e que estarão formalmente incorporados ao capital. Deve estar sempre de acordo com o contrato social.
- **Reservas de Capital:** Valores recebidos que não transitaram pelo resultado como receitas, destinados a reforço de capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou prestação de serviços.
- **Reservas de Lucros:** Lucros obtidos pela mesma empresa, retidos com finalidade de distribuição de dividendos obrigatórios e também para capitalização ou mesmo para outras destinações.
- **Prejuízos acumulados:** Representam o saldo remanescente dos prejuízos líquidos das apropriações para reservas de lucros e dos dividendos distribuídos. É a interligação entre o balanço e a demonstração do resultado.
- **Ajustes de avaliação patrimonial:** Representam as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.
- **Ações em Tesouraria:** Representam as ações da companhia que são adquiridas pela própria sociedade (podem ser quotas, no caso das sociedades limitadas).

Reservas de Lucros: Tendo em vista seu conceito e as definições da própria Lei das Sociedades por Ações, podemos ter as seguintes Reservas de Lucros:

- Reserva legal
- Reservas estatutárias
- Reservas para contingências
- Reserva de lucros a realizar
- Reserva de lucros para expansão
- Reserva de incentivos fiscais
- Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Reservas de Reavaliação: a nova Lei eliminou a conta de reserva de reavaliação. Portanto as empresas deveriam ter baixado o saldo total desta conta para o resultado até Dez/2008. Caso não tenha realizado a baixa, deverão efetuar as apropriações diretamente na conta de Lucros/Prejuízos acumulados.

Lucros Acumulados: apenas para os casos das Sociedades por Ações, a lei exige que todo resultado positivo seja destinado (pago dividendos ou transferidos para reserva própria de lucros); a conta pode continuar a ser utilizada, mas deve ter saldo zero no final do exemplo contábil.

Lucro ou Prejuízo do exercício = Lucro Contábil

O Lucro ou Prejuízo do exercício é obtido através da elaboração da DRE (Demonstração do Resultado do Exercício). Assista este vídeo sobre Lucro e Prejuízo



Resumo

De acordo com a Lei 11.683/2007 o Ativo Não Circulante é dividido em Ativo Realizável a Longo Prazo; Investimentos; Imobilizado e Intangível. Investimento são aplicações que são classificados como temporários em função do tipo de investimento, do prazo de resgate, ou ainda, pela intenção da empresa quanto à época da pretensão do seu resgate. Conforme o CPC 27 item 7, um imobilizado deve ser reconhecido se for provável que este bem gerará benefícios futuros e se for possível mensurar o custo confiavelmente. A vida útil representa o tempo que o bem será utilizado pela companhia em circunstâncias normais. Os fatores que limitam a vida útil de um bem são a deterioração e a obsolescência. O valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo de sua vida útil estimada. Embora contabilmente a empresa possa determinar o período de depreciação de seus ativos a legislação fiscal estabelece as taxas utilizadas. Desta forma, para fins fiscais permanece a utilização das taxas informadas na legislação.

Atividades

1. Para que um bem se caracterize como Ativo Imobilizado deve atender quais características?
2. Como o Ativo Não Circulante é dividido?
3. Qual é a grande característica das contas do Realizável a Longo Prazo?
4. Defina Investimento.
5. Cite exemplos de itens classificados na categoria de ativo imobilizado.

Tema 5: Estoques e o Custo da Mercadoria Vendida

Critérios de Avaliação

De acordo com os conceitos contábeis, a regra básica de avaliação dos estoques na data do balanço é a do custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuídos à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que uma entidade espera realizar com a venda do estoque no curso normal dos negócios. O valor justo reflete a quantia pela qual o mesmo estoque pode ser trocado entre compradores e vendedores conhecedores e dispostos a isso. O primeiro é um valor específico para a entidade, ao passo que o segundo já não é. Por isso, o valor realizável líquido dos estoques pode não ser equivalente ao valor justo deduzido dos gastos necessários para vender.

Custos das Mercadorias Vendidas

Os produtos em fabricação e acabados serão avaliados pelo custo de produção conforme o art. 294 do RIR/99. Assista estas dicas de como entender o CMV.



As mercadorias, as matérias-primas e os bens em almoxarifado serão avaliados pelo custo de aquisição conforme o art. 293 do RIR/99. Basicamente existem dois sistemas para apurar o Custo das Mercadorias Vendidas - CMV:

- Inventário Periódico: Só é feito um levantamento físico quando for necessário apurar o Lucro Bruto.
- Inventário Permanente: Para cada venda é feita a respectiva baixa no estoque pelo custo do CMV. Deve-se fazer o controle através de uma ficha de controle de estoque de acordo com as necessidades da empresa.

Para apurar o Balanço se faz necessário ter em mãos a quantidade e a avaliação dos estoques para que se apure devidamente o CMV que constará na Demonstração de Resultado. Nesse sistema podemos adotar alguns métodos abaixo para controle, avaliação dos estoques e apuração do Custo das Mercadorias Vendidas o CMV:

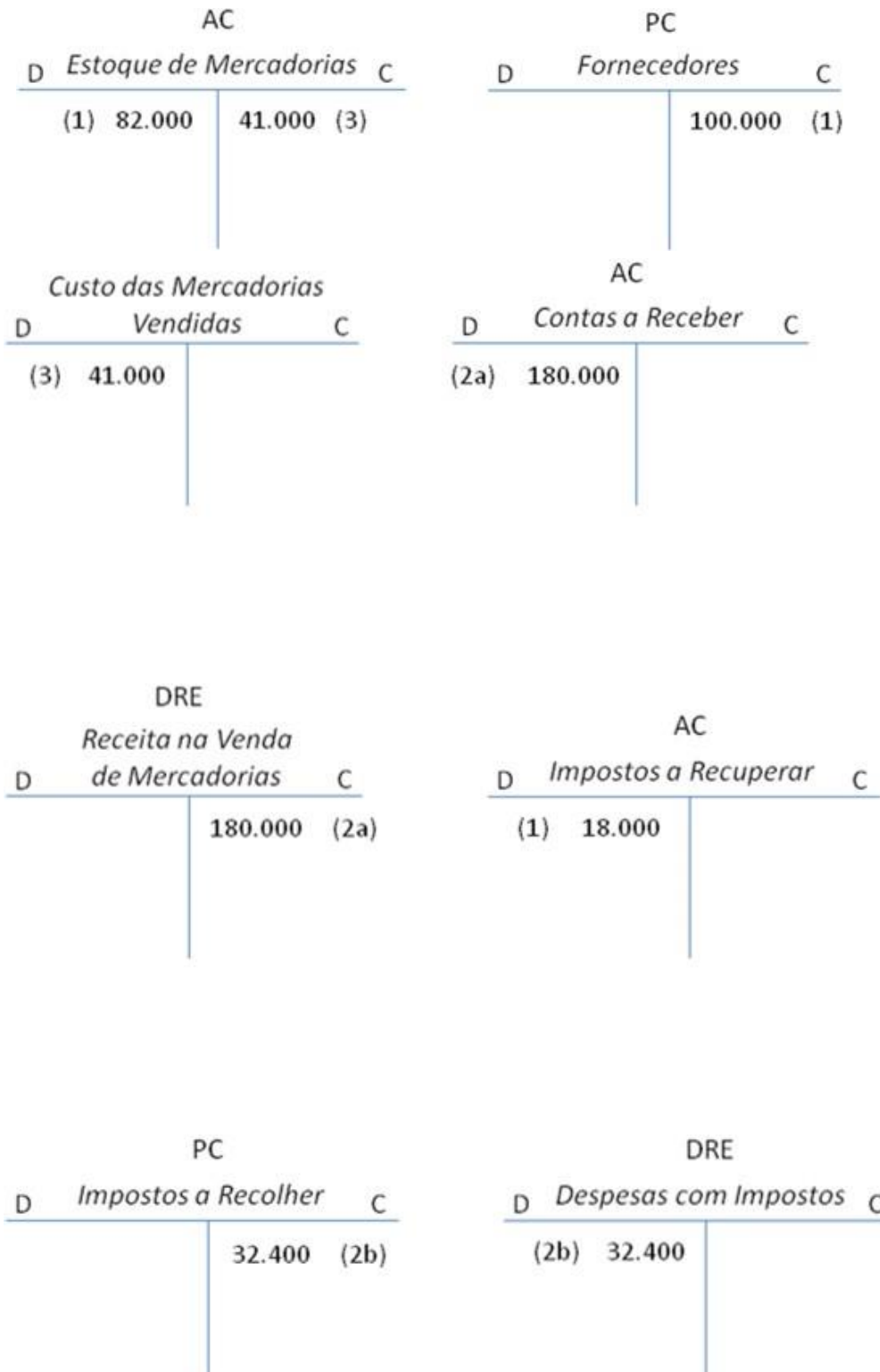
- Preço Específico: Quando é possível fazer-se a determinação do preço específico de cada unidade em estoque.
- PEPS: Nesse critério a baixa no custo é feita da seguinte maneira: O primeiro que entra, é o primeiro a sair. Veja na prática como funciona a metodologia PEPS:



- UEPS: Contrário do sistema anterior, ou seja, a baixa é: Último a entrar, é o primeiro a sair. Veja na prática como funciona a metodologia UEPS:



➤ Média Ponderada Móvel: Neste critério, o valor médio de cada unidade em estoque se altera pelas compras de outras unidades por um preço diferente. Exemplo de Contabilização:



- (1) Compra a prazo de mercadorias por R\$ 100.000 (ICMS recuperável de 18%)
- (2) Venda por R\$ 180.000 de 50% das mercadorias compradas (ICMS de 18%)
- (3) Apuração do custo das mercadorias vendidas ($R\$ 82.000 \times 50\% = R\$ 41.000$)

A conta “Custo das Mercadorias Vendidas”, de natureza devedora, é classificada na demonstração do resultado do exercício da seguinte maneira:

Receita líquida na venda de mercadorias	R\$ 147.600
Custo das mercadorias vendidas	<u>R\$ (41.000)</u>
Lucro bruto	R\$ 106.600

Após o lucro bruto são apresentadas as despesas operacionais.

Resumo

O custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuídos à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição. Os produtos em fabricação e acabados serão avaliados pelo custo de produção. No Inventário Periódico só é feito um levantamento físico quando for necessário apurar o Lucro Bruto. No Inventário Permanente a cada venda é feita a respectiva baixa no estoque pelo custo do CMV. Deve-se fazer o controle através de uma ficha de controle de estoque de acordo com as necessidades da empresa. Existem quatro formas de avaliação dos estoques: Por Preço Específico; Por PEPS; Por UEPS ou por Média Ponderada Móvel.

Atividades

1. No que compreende o custo de aquisição dos estoques?
2. Ao contrário dos produtos recém adquiridos, como os produtos em fabricação e acabados são avaliados?
3. Quais são os dois sistemas mais básicos para se apurar o CMV?
4. Quando o inventário periódico é realizado?
5. Cite alguns métodos de controle de estoque.

Tema 6: Outros tipos de contabilização

Contabilização de Despesas não Pagas

Uma despesa incorrida e ainda não paga gera uma dívida para a companhia. O que caracteriza uma despesa incorrida é o fato gerador ter ocorrido dentro do período em estudo. Ocorrendo este sem o correspondente pagamento deve a empresa fazer o lançamento da despesa no final do período. São exemplos destas despesas:

a) Salários do período a serem pagos no período seguinte. Como o empregado trabalhou no período, ele já faz jus a seu salário, e, como este não está sendo pago no final do período, a empresa deve apropriar a despesa correspondente, através do lançamento:

D - Despesa de Salários

C - Salários a Pagar

b) Provisão para férias dos empregados; a empresa deverá deduzir no final do período, como custo ou despesa operacional, a importância destinada a constituir provisão para pagamento futuro dos dias de férias a que o empregado já tiver direito na data do balanço. O lançamento será:

D - Custo/Despesa Operacional

C - Provisão para Férias

c) Provisão para 13º salário: a empresa constituirá esta provisão mensalmente com o valor correspondente a 1/12 da folha de pagamento. O lançamento será:

D - Custo/Despesa Operacional

C - Provisão para 13º Salário

OBS: para as empresas que encerram suas demonstrações contábeis no final do ano (31/12) e pagam o 13º sem atraso, não existirá saldo nesta conta na data do balanço final. Exemplo: salário de dezembro de 20X7 que será pago em janeiro de 20X8 no valor de R\$ 5.000.

Contabilização da despesa no exercício de 20X7:

D <i>Despesas de Salários</i> C	D <i>Salários a Pagar</i> C
5.000	5.000

D – Despesas de salários

C – Salários a pagar

O imposto de renda incide sobre o lucro contábil, ajustado para fins fiscais, com base na legislação em vigor em cada exercício (para fins de exemplo, adotaremos uma alíquota de 30%). Esse imposto é comumente pago ao longo do exercício social em que o lucro foi apurado. Portanto, ao final de cada mês, as companhias registram a dívida de imposto de renda (provisão para imposto de renda) no passivo, em contrapartida a despesa de imposto de renda. Nesse caso a demonstração do resultado do exercício é apresentada da seguinte forma:

(+)	Receitas		R\$ 26.000
(-)	Despesas		<u>R\$ (6.000)</u>
(=)	Lucro antes do imposto de renda		R\$ 20.000

(-) Despesa de imposto de renda R\$(6.000) (*)
 (=) Lucro líquido do período R\$ 14.000

(*) o imposto de renda é calculado com base no lucro antes do imposto de renda, multiplicado pela alíquota de imposto de renda vigente (no exemplo 30%: R\$ 20.000 x 30% = R\$ 6.000).

Contabilização de Receitas não Recebidas

Uma receita obtida e ainda não recebida constitui um direito (ativo) da companhia. Uma receita ganha e não recebida é aquela a que se fez jus dentro do período contábil, pois o fato gerador já ocorreu. Se ela ainda não estiver contabilizada na data do balanço, deve ter seu valor calculado com base em critérios razoáveis (contrato, apropriação proporcional da obra já executada, etc.), fazendo-se o lançamento correspondente.

Exemplo: serviços já prestados na data do balanço, cujo recebimento se dará no período seguinte. O lançamento será:

D – Clientes
 C – Receita de Serviços

Exemplo: serviço prestado em dezembro de 20X7 que será recebido em janeiro de 20X8 no valor de R\$ 17.000.

Contabilização da receita no exercício de 20x7:

D	<i>Contas a Receber</i>	C	D	<i>Receitas de Serviços</i>	C
	17.000			17.000	

D – Contas a receber
 C – Receita de serviços

Receita Recebida Antecipadamente

Representam recebimentos adiantados que vão gerar no passivo, uma obrigação de serviços futuro ou a entrega posterior de um produto. Este tipo de receita corresponde a um adiantamento ou uma antecipação para que seja prestado um serviço ou uma venda posterior de mercadorias. Neste caso representa uma obrigação. Portanto, deverá aparecer como “Adiantamento de Clientes” ou “Receita Recebida Antecipadamente”, como conta do Passivo.

Em certos casos, a pessoa jurídica pode receber de seus clientes adiantamentos por conta de encomendas de bens ou serviços a serem produzidos ou executados. Enquanto não for entregue o bem, ou executados os serviços contratados, tais adiantamentos assumem a característica de uma obrigação, devendo ser registrados em conta classificável no Passivo Circulante ou no Exigível a Longo Prazo, conforme o prazo previsto para a entrega do bem ou execução do serviço.

Exemplo: Admitamos que a empresa “A” receba da Empresa “B” um adiantamento de R\$ 1.000,00 por conta de um pedido de mercadorias no valor total de R\$ 2.000,00, a ser entregue no prazo de 15 dias, e cujo saldo será pago 30 dias após a entrega. Por ocasião do recebimento do adiantamento, teríamos o seguinte lançamento:

D – Bancos Conta Movimento (AC) – R\$ 1.000

C – Adiantamento de Clientes (PC) – R\$ 1.000

O registro contábil da efetiva entrega das mercadorias seria, por sua vez, assim efetuado:

D – Clientes (AC) – R\$ 2.000

C – Receita de Vendas (CR) – R\$ 2.000

Em seguida, efetua-se a baixa do adiantamento recebido, de forma que na conta “Clientes” permaneça somente o saldo a receber na data contratada:

D – Adiantamentos de Clientes – R\$ 1.000

C – Clientes (AC) – R\$ 1.000

Finalmente, por ocasião do recebimento do saldo remanescente faria, então, o seguinte lançamento:

D – Bancos Conta Movimento (AC) – R\$ 1.000

C – Clientes (AC) – R\$ 1.000

Despesas Pagas Antecipadamente (Despesas Antecipadas)

São despesas pagas antecipadamente que beneficiam o exercício seguinte. Ou seja, ainda, não houve o fato gerador para que seja lançada no resultado do mês. Neste caso representa um direito. Portanto, deverá aparecer como “Despesas Pagas Antecipadamente”, como conta do Ativo.

As despesas antecipadas representam o saldo de pagamentos efetuados referentes a serviços que não foram totalmente concluídos. Isso quer dizer que esses pagamentos irão beneficiar um ou mais exercícios sociais seguintes.

Há casos especiais em que as despesas antecipadas não significam desembolso imediato de recursos, e sim valores ainda a pagar em curto prazo. Os prêmios de seguros, quando parcelados ou financiados, representam exemplo prático dessa hipótese.

As despesas antecipadas são classificadas no ativo circulante ou no ativo não circulante, dependendo do seu prazo de realização. As despesas antecipadas que irão realizar dentro de um período de 12 meses são classificadas no ativo circulante; já que as que irão se realizar após 12 meses são classificadas no ativo não circulante. As despesas antecipadas não são realizadas em dinheiro, sim, pela apropriação nas contas de resultado e de custos de produção (exemplo: custo das apólices de seguro das máquinas da fábrica).

Exemplo: Lançamento por ocasião do desconto:

D – Encargos Financeiros a Transcorrer (AC)

C – Bancos Conta Movimento (AC)

Principais Relatórios Contábeis

Razão Contábil

É o relatório onde são demonstradas todas as movimentações ocorridas em uma determinada conta contábil e em um determinado período. Este relatório é habitualmente utilizado na conciliação do saldo de uma determinada conta. Para o Razão Contábil não existe qualquer exigência legal de registro junto à Junta Comercial ou qualquer outro órgão legal, porém é comum a sua emissão/encadernação anual para eventuais consultas e para apreciação de autoridades fiscais (SRF, INSS, etc).

Razão Analítico				
XPTO Comércio Ltda. CNPJ: 00.000.000/0001-00		Data: xx/xx/xxxx Período: xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx		
Conta: Bancos Conta Movimento - Bradesco S/A				
Data	Histórico da Operação	Débito	Crédito	Saldo
01/01/2008	Saldo Inicial			1.000 D
02/01/2008	Depósito	500		1.500 D
02/01/2008	Cheque nº 050070		200	1.300 D
Totais		500	200	1.300 D

Balancete de Verificação

É o relatório onde são apurados os saldos das contas de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas antes do levantamento das demonstrações financeiras.

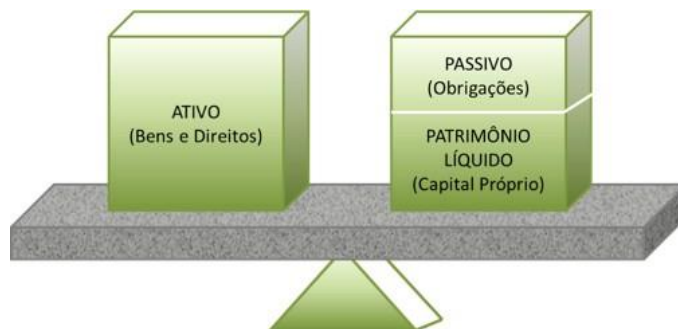
Balancete Mensal de Verificação - ABR/09			
Contas	Natureza	Débito	Crédito
Caixa	AC	4.800	
Bancos	AC	10.200	-
Duplicatas a Receber	AC	6.000	-
Mercadorias	AC	9.400	-
Imobilizado	ANC	32.000	-
Fornecedores	PC	-	17.800
Empréstimos e Financiamentos	PC	-	10.100
Capital Social	PL	-	28.000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	PL	-	6.500
Total:		62.400	62.400

Assista este vídeo sobre Balancete de Verificação:



Balanco Patrimonial

É considerado o mais importante relatório contábil. Retrata a posição financeira e econômica de uma entidade em uma determinada data.



Ativo	Passivo e PL
<u>Circulante</u> - Disponível - Clientes - Estoques <u>Não Circulante</u> - Empréstimos-Coligadas - Investimentos - Imobilizado - Intangível	<u>Circulante</u> - Empréstimos Bancários - Fornecedores - Impostos a Pagar - Provisões <u>Não Circulante</u> - Empréstimos-Coligadas <u>Patrimônio Líquido</u> - Capital Social - Reservas - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Prejuízos Acumulados

Demonstração do Resultado do Exercício

O objetivo principal da demonstração do resultado do exercício é relatar o lucro ou prejuízo apurado pelas entidades em determinado exercício social.

Receita Bruta das Vendas de Bens e Serviços	(+)
Deduções de Vendas (Abatimento, Devolução e Impostos)	(-)
Receita Líquida de Vendas	(=)
Custos (CPV / CMV / CSP)	(-)
Lucro Bruto	(=)
Despesas com Vendas	(-)
Despesas Gerais e Administrativas	(-)
Despesas Financeiras – Receitas Financeiras	(+ / -)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(+ / -)
Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda	(=)
IRPJ e CSLL	(-)
Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Exercício	(=)

Resumo

Razão Contábil é o relatório onde são demonstradas todas as movimentações ocorridas em uma determinada conta contábil e em um determinado período. Não existe qualquer exigência legal de registro, porém é comum a sua emissão/encadernação anual para eventuais consultas.

O Balancete de Verificação é o relatório onde são apurados os saldos das contas de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas antes do levantamento das demonstrações financeiras.

O Balanço Patrimonial é considerado o mais importante relatório contábil ele retrata a posição financeira e econômica de uma entidade em uma determinada data.

O objetivo principal da DRE é relatar o lucro ou prejuízo apurado pelas entidades em determinado exercício social.

Atividades

1. Uma despesa incorrida e ainda não paga gera uma dívida ou um saldo credor para a companhia?
2. Uma receita obtida e ainda não recebida constitui uma obrigação ou um direito para a companhia?
3. O que um recebimento adiantado gera para a companhia?
4. Onde as despesas antecipadas que irão realizar dentro de um período de 12 meses são classificadas? E as que irão se realizar após 12 meses?
5. Defina o Razão Contábil.

Tema 7: Conceito, terminologias e utilização do Custo

É necessário tratar de alguns conceitos que acabam fazendo parte do ambiente empresarial, como por exemplo, o custo de uma empresa. Cada área de atuação possui suas próprias terminologias, na contabilidade não é diferente.

A palavra custo pode ser definida de modo muito abrangente podendo ser utilizada para representar o Custo das Mercadorias Vendidas em uma empresa comercial, o Custo dos Serviços Prestados em uma empresa de prestação de serviços, o Custo de Fabricação de um produto, o Custo Direto de Fabricação etc.

No caso de uma empresa industrial, onde a apuração dos custos pode ser considerada mais complexa, pode-se conceituar custo industrial como a “soma dos gastos com bens e serviços aplicados ou consumidos na produção de outros bens”.

Assista estas informações sobre as Terminologias Contábeis, você verificará que é possível identificar o que cada termo contábil traz como conceito e como colocamos na prática contábil.



De forma geral, Custo pode ser definido como todo o gasto consumido eficientemente na produção de bens e/ou serviços. Todavia, outros conceitos precisam ser destacados para um melhor entendimento. Toda vez que uma empresa industrial, por exemplo, pretende obter bens, seja para uso, troca, transformação ou consumo, ou ainda utilizar algum tipo de serviço, ela efetua um Gasto. Gasto então é o montante de bens e/ou serviços adquiridos pela empresa, podendo ser a vista ou a prazo.

O Desembolso é o pagamento resultante da aquisição desses bens e/ou serviços, ou seja, a entrega do numerário que pode acontecer antes (pagamento antecipado), no momento da aquisição (pagamento a vista) ou depois (pagamento a prazo) da ocorrência do gasto.

Quando os gastos são realizados em função de área administrativa, financeira ou comercial, visando indiretamente à obtenção de receita, correspondem então a Despesa. Portanto, despesa é o gasto despendido indiretamente na produção de bens e/ou serviços. O custo dos produtos, quando vendidos, transforma-se em despesas (veremos adiante).

Investimentos são os gastos efetuados em ativos ou despesas e custos que serão imobilizados ou diferidos. São gastos ativados em função de sua vida útil ou de benefícios futuros.

Perda é todo bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária. Não é um sacrifício feito com intenção de obtenção de receita. Exemplos comuns: perdas com incêndios, obsolescência de estoques etc.

Assista esta dica sobre a perda contábil.



É muito comum o uso da expressão Perdas de material na produção de inúmeros bens e serviços; entretanto, a quase totalidade dessas “perdas” é, na realidade, um custo, já que são valores sacrificados de maneira normal no processo de produção, fazendo parte de um sacrifício já conhecido até por antecipação para a obtenção do produto ou serviço e da receita almejada.

O gasto com mão de obra durante um período de greve, por exemplo, é uma perda, não um custo de produção. O material deteriorado por um defeito anormal e raro de um equipamento provoca uma perda, e não um custo.

Cabe aqui ressaltar que inúmeras perdas de pequeníssimo valor são, na prática, comumente consideradas dentro dos custos ou das despesas, sem sua separação; e isso é permitido devido à irrelevância do valor envolvido. No caso de montantes mais significativos, ou seja, com maior relevância, esse tratamento não é correto. Prejuízo é o resultado negativo de uma transação ou de um conjunto de transações.

Insumo é uma terminologia específica para o setor produtivo ou industrial. Significa a combinação de fatores de produção (matérias-primas, mão de obra, gastos gerais, energia, depreciação) necessários para a produção de determinada quantidade de bem ou serviço.

Custo ou despesa?

Muitas vezes palavras como custo, gasto, despesa e outras utilizadas no meio empresarial podem levar a um entendimento similar a respeito de seu significado. Porém, contabilmente elas devem ser entendidas diferentemente.

Analisando duas delas, custo e despesa, que são comumente utilizadas com sentido único, pode-se perceber que dentro da visão contábil, como dito acima, o sentido deve ser diferenciado.

A despesa é um gasto ocorrido em um determinado período e que é lançado contabilmente nesse período, para fins de apuração do resultado daquele período da empresa. Portanto, em se tratando de despesa, essa será lançada diretamente no resultado da empresa em determinado período, ou seja, no momento de sua ocorrência significa uma redução de riqueza da empresa.

Por exemplo, imagine-se que em determinado momento o balanço patrimonial de uma empresa apresente a seguinte situação:

Balanço Patrimonial Inicial

Ativo	\$	Passivo	\$
Caixa	500	Capital Social	500
Total	500	Total	500

Agora suponha que no período seguinte seja feito um pagamento de despesa de viagem de um gerente, no valor de \$ 40. Esse gasto é uma despesa porque trará uma redução da riqueza dos sócios. Vejamos como fica o balanço patrimonial após a transação:

Balanço Patrimonial após a transação de \$ 40

Ativo	\$	Passivo	\$
Caixa	460	Capital Social	500
		Prejuízo	(40)
		Patrimônio Líquido	460
Total	460	Total	460

Nesse momento fica evidenciado que após a transação, que foi a única do período e que foi uma despesa, o investimento líquido dos donos da empresa sofreu uma diminuição.

Veja a Demonstração do Resultado da empresa nesse período:

Demonstração de Resultado

	\$
Receitas	0
(-)Despesas	(40)
=Prejuízo do período	(40)

Já o custo, tecnicamente para fins contábeis está ligado à aquisição de mercadorias para estoque (no caso de empresas comerciais) ou insumos para fabricação de produtos (no caso de empresas industriais), que enquanto estiverem no estoque seja como mercadorias ou materiais, seja como produtos acabados ou em processo, o valor pago ou incorrido para obtenção de mercadorias e insumos não é despesa e sim custo.

Imagine agora que a empresa no período seguinte adquiriu 3 unidades de mercadorias para estoque e posterior revenda sendo pagos \$ 150 no total (\$ 50 por cada uma):

Balço Patrimonial após aquisição de mercadorias para revenda

Ativo	\$	Passivo	\$
Caixa	310	Capital Social	500
Estoque de Mercadorias	150	Prejuízo	(40)
		Patrimônio Líquido	460
Total	460	Total	460

Perceba que o Patrimônio Líquido não foi alterado, ou seja, a ocorrência de custo não afeta, de modo imediato, a riqueza, e desse modo, não faz parte da demonstração de resultados.

Em que momento o custo se transforma em despesa? Quando o bem estocado sai da empresa para ser entregue ao cliente se torna uma perda para a empresa, ou seja, afeta a riqueza dos sócios, portanto, nesse momento passa a ser despesa.

Fato comum em qualquer transação comercial é que se espera recebimento de valor superior ao valor gasto na aquisição do bem, portanto, se espera obter um lucro com a transação. Por exemplo, se forem vendidas 2 unidades da mercadoria adquirida ao preço de \$ 150 em dinheiro, sendo que o custo de aquisição foi de \$ 50 por unidade, essa transação gerou lucro de \$ 50, aumentando o ativo de caixa e consequentemente a riqueza dos sócios, mas, há também uma baixa do estoque de mercadorias no valor de \$ 100 referentes ao bem entregue ao cliente.

Balço Patrimonial após venda

Ativo	\$	Passivo	\$
Caixa	460	Capital Social	500
Estoque de Mercadorias	50	Lucro do Período	10
		Patrimônio Líquido	510
Total	510	Total	510

Demonstração do Resultado (dos dois períodos)

	\$
Receitas	150
(-) Despesas	
Custo das Mercadorias	
Vendas	(100)
Despesas de viagem	(40)
=Lucro do período	10

Concluindo, o custo se transforma em despesa quando o produto ou a mercadoria que ele representa é vendido e seu valor passa a ser confrontado com a receita na demonstração de resultados.

A gestão estratégica de custos pode levar a empresa a desenvolver e identificar estratégias superiores através dos dados dos custos, para produzir uma vantagem competitiva sustentável. Com todas essas novas estruturas empresariais existentes, a mão de obra deixou de ser o principal item gerador de custo, sendo acompanhada então por uma variedade de produção e maior ênfase nas atividades de suporte como planejamento, marketing, atendimento ao consumidor etc.

Em termos de movimentação patrimonial as empresas são relativamente parecidas, com exceção da área de produção no caso das indústrias, porém, no demais, os controles patrimoniais de toda são aplicados os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O que torna a Contabilidade de Custos diferente dos demais ramos da Contabilidade são os procedimentos praticados na área de produção da empresa industrial, os quais exigem aplicação de critérios específicos para se apurar o Custo de Fabricação. Portanto, pode-se entender a Contabilidade de custos ou industrial, como um ramo da contabilidade aplicado às empresas industriais.

Assista este vídeo com a dica de como identificar o que é custo.


Campo de aplicação

A apuração e gestão dos custos é atividade necessária em qualquer tipo de empresa, não importando sua atividade operacional, sendo que nas empresas industriais, como foi dito anteriormente, a análise difere das demais no tocante à fabricação dos produtos, que se caracteriza pela transformação de matérias-primas em produtos industrializados. Essa atividade de transformação denomina-se produção industrial ou processo de fabricação.

IMPORTANTE: Diferenciar custo de despesa.



Assista este vídeo que irá explicar melhor esta diferença.

Entretanto, não é apenas a transformação que caracteriza a produção industrial, pois, ela pode ocorrer em função da transformação (transformação das matérias-primas por processo mecânico, térmico ou químico. Ex. siderúrgicas, petrolíferas, etc.), do beneficiamento (visa modificar, aperfeiçoar e até mesmo dar uma melhor aparência ao produto sem que haja transformação. Ex. Polimento e limpeza de peças), da montagem de peças (produto final resulta da montagem de peças produzidas normalmente pelas indústrias de transformação. Ex. automobilísticas, aparelhos de televisão, etc.) e da restauração (concentra as atividades na recuperação de produtos usados ou mesmo deterioradas. Ex. retífica de motores).

Resumo

Custo pode ser definido como todo o gasto consumido eficientemente na produção de bens e/ou serviços. Gasto é o montante de bens e/ou serviços adquiridos pela empresa, podendo ser a vista ou a prazo. Desembolso é a entrega do numerário, resultante da aquisição de bens e/ou serviços, que pode acontecer antes (pagamento antecipado), no momento da aquisição (pagamento a vista) ou depois (pagamento a prazo) da ocorrência do gasto. Despesa é o gasto despendido indiretamente na produção de bens e/ou serviços sendo que, o custo dos produtos, quando vendidos, passa a ser despesa. Investimentos são os gastos efetuados em ativos ou despesas e custos que serão imobilizados ou diferidos. São gastos ativados em função de sua vida útil ou de benefícios futuros. Perda é todo bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária. Prejuízo é o resultado negativo de uma transação ou de um conjunto de transações.

Insumo é uma terminologia específica para o setor produtivo ou industrial e significa a combinação de fatores de produção necessários para a produção de determinada quantidade de bem ou serviço. Quando o bem estocado sai da empresa para ser entregue ao cliente se torna uma perda para a empresa, ou seja, afeta a riqueza dos sócios, portanto, nesse momento passa a ser despesa.

A palavra Custo é aplicada a diversas coisas e situações sendo que, no âmbito empresarial pode-se denominar como a mensuração econômica dos recursos adquiridos para a obtenção e a venda dos produtos e serviços da empresa, sendo que se custo é o valor que se paga por algo e tendo as relações comerciais sempre duas partes, a que compra e a que vende o que para o comprador é custo, para o vendedor é o preço da venda. Com a evolução dos processos industriais que tornaram a fabricação mais rápida e barata, o volume de produção também aumentou.

Com o crescimento constante, a diversificação dos negócios, dispersão geográfica, sofisticação das finanças e da produção exigiram que parte dos controles e do gerenciamento das atividades administrativas, financeiras e produtivas da empresa fosse passada para as mãos de terceiros. Com isso houve a necessidade de desenvolver controles mais confiáveis para atender a demanda dos donos das empresas. Ao final do século XVIII e início do século XIX algumas pesquisas já indicavam que estavam sendo utilizadas algumas ferramentas gerenciais de custos.

A apuração e gestão dos custos são aplicadas a qualquer empresa, não importando as atividades envolvidas, porém, é de suma importância no caso das empresas industriais, visto a dificuldade em se atribuir os custos do processo de produção aos produtos acabados.

Atividades

1. Defina Custos:
2. Dê exemplos de itens que geram custos nas empresas:
3. Qual a diferença entre Custo e Despesa?
4. Defina o que é perda.
5. Quando uma transação empresarial, onde a empresa adquiriu um bem por R\$ 1.000,00 e o repassou a um terceiro por um valor que o seu resultado final, descontando os custos e despesas da operação, foi de R\$ - 55,00, é classificado como um

Tema 8: Demanda, Oferta, Equilíbrio de Mercado, Teoria da Produção e Teoria dos Custos de Produção

Antes de falar sobre Lei da Oferta e da Demanda, temos que entender o significado das duas palavras. **Oferta** é a quantidade de vendedores que estão dispostos a vender um determinado produto. Ela tem influência direta pelos insumos, tecnologias, custos de produção, etc. Por outro lado, a **demanda** é a quantidade de consumidores que estão dispostos a comprar determinado bem. Ela tem influência direta pela renda dos cidadãos, preços, produtos similares, substitutos, etc.

Lei da Oferta e da Demanda

A Lei da Oferta e da Demanda, também conhecida como Lei da Oferta e Procura, é uma lei criada por Adam Smith, que busca demonstrar como funciona um mercado: o que determina o preço e a quantidade do produto.

Para Adam Smith:

O preço de mercado de uma mercadoria específica é regulado pela proporção entre a quantidade que é efetivamente colocada no mercado [oferta] e a demanda daqueles que estão dispostos a pagar o preço natural da mercadoria, ou seja, o valor total da renda fundiária, do trabalho e do lucro que devem ser pagos para levá-la ao mercado.

Nesse caso, o fator essencial para procura de um determinado bem ou serviço deixa de ser o preço, pois este pode sofrer alteração em razão do desequilíbrio entre a oferta e a procura. Assim, não é incorreto dizer o preço é determinado pelo próprio consumidor, pois quando aumenta a procura por um determinado produto, o preço é elevado. Em contrapartida, quando a procura não é tão elevada, o produtor é estimulado a deixar de produzir, para que não tenha despesas em relação à oferta sem demanda, ocasionando com isso a redução do valor.

Lei da Demanda

A Lei da Demanda preconiza que enquanto menor for o preço, maior será a quantidade de consumidores procurando os produtos no mercado. Da mesma forma, enquanto maior for o preço, menor a quantidade de consumidores que estarão dispostos a procurar pelos produtos no mercado. Vamos ao exemplo:

Três compradores estão diferentemente dispostos a comprar um celular, dependendo do preço do produto. Vamos supor que em uma loja, se o preço for R\$ 1500,00, os três compradores não estarão dispostos a comprar. Agora, se o preço for R\$ 1200,00, um deles irá comprar; se o preço for R\$ 1000,00, dois deles irão comprar; e se o preço for R\$ 900,00, os três irão comprar.

Simplificando, se o preço for R\$ 1500,00, a quantidade demandada é 0 – ou seja, nenhuma pessoa está disposta a comprar o celular por aquele preço. Se o preço for R\$ 1200,00, a quantidade demandada é 1 – ou seja, uma pessoa está disposta a comprar por esse preço, e assim por diante.

Agora, imagine se o preço do celular custasse R\$500,00? O número de consumidores iria aumentar ou a quantidade comprada de Celular seria maior do que um por pessoa. Isso significa que dentro desse mercado, com a redução do preço, os consumidores estariam mais dispostos a comprar ele, aumentando assim a quantidade comprada desse produto ou o número de consumidores. Significa que com o celular a esse preço, isso ocasionaria um “excesso de demanda”.

Lei da Oferta

A Lei da Oferta explica que quanto maior for o preço de determinado produto, mais os vendedores estarão dispostos a vender seu produto, pois assim obterão mais lucros. Por outro lado, quanto menor for

o preço de determinado produto em um mercado, menos os vendedores estarão dispostos a ofertar esse produto. Vamos ao exemplo:

Um vendedor oferta hamburguers pelo preço de R\$30,00 a unidade; se ele vender 5 quantidades, ele receberá R\$150; se ele vender 10 unidades, ele receberá R\$300; se ele vender 15 unidades, ele receberá R\$450.

Agora, imagine se o preço do hamburger fosse R\$50,00? O vendedor estaria mais disposto a ofertar mais quantidades do bem para aumentar seus lucros, portanto, iria produzir mais hamburger para vender. Essa situação provocaria, provavelmente, um “excesso de oferta”.

Vale lembrar que se ocorresse o contrário – se o preço fosse muito baixo -, o vendedor não estaria disposto a produzir mais, não teria lucro na venda do produto.

Lei da Oferta e da Demanda no nosso dia a dia

A seguir, veremos algumas reportagens que demonstram a influência da lei da oferta e da demanda no nosso cotidiano:

Tomate/Cepea: Oferta, qualidade e demanda resultam em queda dos preços

Publicado em 01/03/2021 08:24

134 exibições



OUVIR ESTA NOTÍCIA



Entre os dias 22 e 26/02, os preços do tomate salada longa vida 3A caíram nas principais centrais de abastecimento acompanhadas pelo Hortifruti/Cepea. A caixa de 18-20 kg, ficou em R\$ 45,26 (-18,8%) na Ceagesp, em R\$ 53,42 (-17,8%) em Campinas/SP, em R\$ 53,29 (-4,6%) no Rio de Janeiro/RJ e em R\$ 41,56 (-18,9%) em Belo Horizonte/MG. A queda nos atacados se deve a diversos fatores: a temporada de verão ainda está em pico de colheita; há praças com parte das lavouras em final de ciclo e, portanto, gerando uma maior oferta de ponteiros; frutos manchados devido às chuvas nas roças, vindos principalmente de Caçador (SC), Carmópolis de MG e Ribeirão Branco (SP) e menor demanda atribuída ao final de mês. Atacadistas disseram, ainda, que a maior oferta é de tomates de qualidade mais

fraca e maduros. Para a próxima semana, ainda deve haver bastante oferta, mas no decorrer do mês de março tende a diminuir com a desaceleração da safra de verão.

Fonte: <https://www.noticiasagricolas.com.br/> - Publicado em 01/03/2021 08:24

g1

AGRO

Carne bovina tem aumento de mais de 35% em 2020, segundo pesquisa da USP

Mais gastos com ração e alta das exportações motivaram a subida dos preços entre janeiro de 2020 e fevereiro deste ano, apontou a pesquisa da Universidade de São Paulo.

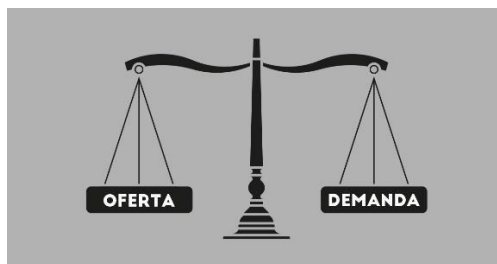
Por JH, G1

16/02/2021 15h17 · Atualizado há 9 meses

Fonte: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/> - Publicado em 16/02/2021 15h17

Equilíbrio de mercado

O equilíbrio de mercado ocorre quando a procura pelos produtos e serviços é equivalente aos produtores que querem vender. Com isso não há excesso ou falta de demanda ou oferta, existindo assim a coerência de desejos. Com isso, o preço que é diretamente influenciado pela oferta e demanda, passa a uma situação de equilíbrio, não existindo quaisquer fatores que motive a alteração do valor.



Fonte: <https://www.corporativo.detodocolombia.com/relacion-de-la-oferta-con-la-demanda/>

Teoria da Produção e Teoria dos Custos de Produção

Antes de falarmos sobre a Teoria da Produção, temos que entender o conceito de produção: Produção é o processo de transformação dos fatores adquiridos pela empresa, em produtos para venda no mercado. A **Teoria da Produção** é a responsável por controlar a relação técnica ou tecnológica entre a quantidade de física de produtos (outputs) e de fatores de produção (inputs). Já a **Teoria dos Custos de Produção**, é responsável por relacionar a quantidade física de produtos com os preços de fatores de produção.

Resumo

Os conceitos de oferta e de demanda estão mais presentes no nosso cotidiano do que imaginamos. Tanto a Lei da Oferta, como a Lei da Demanda, determina as condições de disponibilização e estipulam preços dos bens de consumos praticados pelo mercado, influenciando diretamente no poder de compra e decisões do consumidor. Além destes, outros conceitos se fazem presentes no mercado, como por exemplo o equilíbrio de mercado que é considerado o cenário perfeito no que diz respeito as motivações para oscilações dos valores dos produtos.

Atividades

1. O que é Lei da Demanda e da Oferta. Dê um exemplo utilizando situações do seu cotidiano.
2. O que é Equilíbrio de Mercado? Dê um exemplo.
3. Defina Teoria da Produção.

Tema 9: Conceitos e definições gerais de Administração Financeira.

A análise financeira surgiu no final do século XIX quando passou a ser uma metodologia adotada pelos banqueiros dos Estados Unidos para analisar solicitações de empréstimos por pessoas jurídicas. No início a análise era muito superficial sem adoção de qualquer técnica analítica quantitativa.

Com o passar do tempo e o sucessivo acúmulo de balanços, foi-se desenvolvendo técnicas de comparação predominando as comparações entre ativo e passivo e, posteriormente, os depósitos bancários em relação ao exigível e o volume das contas a receber em relação aos demais itens do ativo. Também começaram a chamar atenção o volume de estoques se comparado ao volume de vendas anuais.

Hoje, a análise de balanços é a ferramenta mais importante e utilizada pelas instituições financeiras para a concessão de créditos bem como mecanismo de planejamento e tomada de decisão. A saúde financeira de uma empresa pode afetar a estrutura de toda a organização. Desta forma a administração financeira é fundamental para que se elabore o planejamento do futuro da empresa. Acompanhar a evolução dos demonstrativos financeiros existentes permite ao gestor identificar qualquer deficiência de gestão bem como propor ações de melhoria e correção dos rumos para que a empresa possa se manter saudável e próspera no mercado.

O Balanço Patrimonial é um importante relatório contábil, responsável por informações relativas a situação em que se encontra a empresa.

Balanço Patrimonial



Figura: Balanço Patrimonial: Próprio Autor

Para que possamos efetuar a análise das diversas demonstrações contábeis é necessário primeiramente compreendermos alguns conceitos e definições que apresentamos abaixo:

SITUAÇÃO ECONÔMICA: Definimos a situação econômica com sendo a maneira pela qual a empresa gerencia os recursos nela investidos e sua capacidade de convertê-los em lucratividade e rentabilidade. Analisar estes dois fatores se trata de verificar o quanto a empresa é rentável e lucrativa. Vale lembrar, porém que rentabilidade e lucratividade são bastante diferentes uma vez que:

- **Lucratividade** – É um conceito que apura o resultado obtido com as vendas realizadas após deduzirmos os impostos, custos e despesas em geral. É uma importante medida que verifica se um negócio qualquer ganhou ou perdeu em relação a tudo o que recebeu. O valor total levantado com as vendas teria sido o suficiente para a empresa lucrar?
- **Rentabilidade** – Analisa a relação investimento/retorno de forma a verificar se o empreendimento remunerou os investidores na proporção esperada. Ao investir seu dinheiro, os sócios ou investidores da empresa precisam verificar quanto de retorno conseguirão para cada R\$ 1,00 investido. Quanto maior este cálculo melhor será a expectativa de retorno no investimento.

É importante destacar que os resultados da análise econômica de uma empresa variam muito de acordo com o ramo de atuação e com a situação do cenário macroeconômico e geopolítico. Sendo assim, devemos observar estes fatores ao se analisar os resultados destes cálculos.

SITUAÇÃO FINANCEIRA: A saúde das finanças de uma empresa pode comprometer toda a sua estrutura e um bom planejamento financeiro é fundamental para que a empresa seja forte e duradoura. Analisar a situação financeira de uma empresa diz respeito à apuração do nível de sua solvência e de sua liquidez.

- **Solvência** – Dizer que uma empresa é solvente significa afirmar que seus Ativos são maiores que seu Passivo e que, portanto, possui capacidade de cumprir seus compromissos correntes utilizando os recursos que possui e também conseguirá garantir sua sobrevivência futura com sua expectativa de lucros.
- **Liquidez** – É a capacidade da empresa de pagar seus compromissos assumidos nos prazos corretos. A apuração de liquidez pode ser feita através de índices que conseguem verificar com exatidão os mais diversos tipos de liquidez de acordo com os ativos utilizados para a liquidação das obrigações em cada prazo.

Para GITMAN (2002, p. 04) finanças definem-se como “a arte e a ciência de administrar fundos” e a atuação nesta ciência é papel do administrador financeiro que deve se preocupar com a movimentação dos recursos entre os diversos agentes econômicos existentes. São agentes econômicos indivíduos ou organizações que compram e vendem, investem seus recursos ou simplesmente os gastam com qualquer que seja o objetivo.

Em geral, as finanças se ocupam das estruturas de mercado envolvidas na transferência de fundos entre estes diversos agentes econômicos como governos, pessoas físicas e empresas.

Resumo

A saúde financeira de uma empresa pode afetar a estrutura de toda a organização. Desta forma a administração financeira é fundamental para que se elabore o planejamento do futuro da empresa. Devemos analisar as finanças de uma empresa a fim de apurar seu estado econômico e financeiro. A análise de balanços é a ferramenta mais importante e utilizada pelas instituições financeiras para a concessão de créditos bem como mecanismo de planejamento e tomada de decisão.

Assista ao vídeo e aproveite este conteúdo sobre Informações financeiras, produzido pelo SEBRAE.



Atividades

1. Qual a importância em se realizar uma análise financeira de uma empresa?
2. A quem interessam as informações econômicas e financeiras de uma organização?
3. Qual o papel das análises verticais e horizontais de demonstrações financeiras?
4. Qual a diferença entre lucratividade e rentabilidade?
5. O que são finanças e qual o papel do administrador financeiro?

Tema 10: Demonstrações financeiras

Compreender as demonstrações financeiras é fundamental para se administrar com sucesso qualquer empresa. Estas demonstrações são um importante canal de comunicação entre administradores, investidores e o governo além de qualquer que, independentemente do motivo, tenha interesse na vida financeira da empresa. Aos acionistas são disponibilizadas demonstrações auditadas que permitam uma interpretação mais facilitada das informações, aos administradores são desenvolvidos relatórios completos que detalhem a situação da empresa e permitam seu gerenciamento e ao governo são disponibilizadas demonstrações de cunho fiscal.

As demonstrações financeiras são de extrema importância para a tomada de decisão de um administrador financeiro, pois proporcionam informações tanto da posição patrimonial e financeira, quanto do desempenho e do fluxo de caixa, importantíssimo para avaliar a saúde financeira. É preciso saber usar as ferramentas adequadamente, para facilitar a tomada de decisão. Veremos adiante cada uma das demonstrações abordando suas principais características.

BALANÇO PATRIMONIAL: É uma demonstração contábil que permite apurar como está estruturado o patrimônio de uma empresa ao final de cada exercício contábil sob seus aspectos quantitativos e qualitativos. Ele está dividido em três blocos principais chamados de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido sendo que cada um destes blocos possui subdivisões onde se inserem as contas contábeis. Cada conta ou grupo de contas possui características específicas que são importantes de serem observadas ao se realizar uma análise financeira. Vamos compreender um pouco sobre algumas características de cada um destes principais grupos.

- **Ativo Circulante** – O ativo circulante agrupa as contas contábeis que representam os recursos disponíveis ou de alta conversibilidade em dinheiro como os valores em caixa, em contas bancárias, em aplicações financeiras de curto prazo e valor de mercadorias em estoque. Trata-se de recursos utilizados para a quitação de suas dívidas no curto prazo representadas pelo passivo circulante.
- **Ativo Realizável a Longo Prazo** – Refere-se aos direitos cujo recebimento as empresas somente irão ocorrer no longo prazo e que, por isso, não poderão ser usados para o pagamento de dívidas imediatas. Em geral são direitos que auxiliarão a verificar se a empresa tem perspectiva de obter lucros futuros comparando-se ao volume previsto de seus pagamentos a longo prazo.
- **Ativo Imobilizado** – São bens que representam os recursos empregados pela empresa na aquisição de imóveis, maquinários, equipamentos, veículos e outros itens. Apesar de o ativo imobilizado ser um grupo de contas de natureza investimento verifica-se que, em geral, não se recomenda que a maior parte dos recursos capitados pela empresa sejam a ele destinados pois significa um dinheiro parado que poderia ser aplicado em outras atividades e que possui uma baixa disponibilidade de recursos.
- **Passivo Circulante** – Agrupa as obrigações imediatas de empresa. Aquelas que caso não sejam pagas comprometem o seu funcionamento quase que imediatamente. São obrigações como salários, fornecedores, impostos e empréstimos bancários a serem pagos no curto prazo. Espera-se que estas obrigações sejam pagas com os recursos também de curto prazo que a empresa possui representadas pelo Ativo Circulante.
- **Passivo Exigível a Longo Prazo** – São obrigações que somente serão pagas no longo prazo e por isso a empresa tem um tempo maior para honrá-las. Podem ser utilizados os recursos de longo prazo agrupados no Ativo Realizável a Longo Prazo.
- **Patrimônio Líquido** – Quando a empresa se constitui, seus sócios investem um valor que vai subsidiar o nascimento desta nova empresa. Quando a empresa precisa crescer estes sócios, muitas vezes, realizam novos aportes de capital para impulsionar este crescimento. Em caso de saída da sociedade, de qualquer integrante de seu quadro societário, este poderá reaver os valores constituídos. Portanto, estes valores integralizados representam uma dívida que a

empresa tem para com seus sócios chamado Capital Social e que, somados aos lucros acumulados e às reservas de capital compõe o chamado Patrimônio Líquido da empresa.

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanco Patrimonial — 31 de Dezembro de 2021 (R\$)			
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Disponibilidades (Caixa, bancos ...)	189.000	Fornecedores a Pagar	33.222
Contas a Receber (Clientes a receber ...)	156.000	Financiamentos	12.666
Estoques (Produtos)	200.222	Salários e Contribuições Sociais	33.000
Impostos a Recuperar	233.333	Impostos a Pagar	45.000
Desp Antecipadas	12.089	Aluguéis a Pagar	21.003
Outras Contas a Receber	7.899	Outras Contas a Pagar	32.111
TOTAL	798.543	TOTAL	177.002
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo		Exigível a Longo Prazo	
Contas a Receber	143.000	Financiamentos	57.333
Impostos a Recuperar	80.190	Empréstimos	111.000
Depósitos Judiciais	33.333	Imp e Contr a Recolher	2.330
Outras Ativos Não Circulantes	22.111	Outros	43.000
TOTAL	278.634	TOTAL	213.663
Permanente		Patrimônio Líquido	
Investimentos	223.330	Capital Social	1.248.411
Imobilizado	487.000	Reservas de Capital	161.178
Intangível	120.000	Reservas de Lucro	107.253
Outros	0	Lucros Acumulados	0
TOTAL	830.330	TOTAL	1.516.842
TOTAL DO ATIVO	1.907.507	TOTAL DO PASSIVO	1.907.507

Figura: Balanço Patrimonial Demonstrativo em Tabela: Próprio Autor

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício:

Trata-se de uma demonstração dinâmica das operações da empresa, deve evidenciar claramente as Receitas, Custos e Despesas incorridas durante o exercício social segundo o que rege o chamado regime de competência.

A elaboração da DRE visa permitir a projeção, para o período planejado, do resultado econômico da empresa e, com base nas peças orçamentárias anteriores, esta demonstração também permite aos executivos estimar resultados futuros, em virtude de montagem dos demais orçamentos, considerando diferentes alternativas para custos e despesas. Devemos nos atentar que a demonstração do resultado do período deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas, de acordo com o que determina a deliberação do Conselho Monetário Nacional CVM nº 595 de 15 de setembro de 2009:

- Receitas;
- Custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendido;
- Lucro bruto;
- Despesas com vendas gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
- Parcela dos resultados de empresas investidas, reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial;
- Resultado antes das receitas e despesas financeiras;

- Despesas e receitas financeiras;
- Resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- Despesa com tributos sobre o lucro;
- Resultado líquido das operações continuadas;
- Resultado líquido do período.

DRE – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA
Venda de mercadorias
Venda de produtos
Prestação de Serviços
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
Devoluções
Abatimentos
Impostos e Contribuições s/ Vendas
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(-) DESPESAS OPERACIONAIS
Despesa com vendas
Despesas Administrativas
(-) DESPESAS FINANCEIRAS
Despesas financeiras (Taxas, Juros)
(-) Receitas financeiras (Juros, Taxas)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS
Venda de intens do ativo imobilizado
(-) Custo de intens do ativo imobilizado
(=) RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA
(-) Imposto de Renda
(=) LUCRO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES
(-) Debêntures, Participação de Administradores
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Figura: DRE: Próprio Autor

Vale lembrar que a DRE apenas retrata o fluxo econômico de uma empresa não importando se uma receita ou despesa tem reflexos em dinheiro, basta apenas que afete o Patrimônio Líquido. Para o estudo do fluxo de dinheiro deve-se analisar o fluxo de caixa da empresa que é outra demonstração financeira que veremos mais adiante.

O administrador financeiro deve estar atento para todas as contas, pois um dos maiores erros cometidos por gestores é se considerar vários gastos e principalmente o imposto de renda, onde ele acaba assumindo outros compromissos financeiros deduzindo que o lucro bruto é o lucro líquido, e quando perceber estará com a conta no vermelho. Toda vez que falamos de gastos podemos classificá-los em custo, despesa, investimento. Abaixo definição de cada um deles:

- **Custo** compreende os gastos com a obtenção de bens e serviços aplicados a produção;
- **Despesa** compreende os gastos decorrentes do consumo de bens e da utilização de serviços nas áreas administrativas, comercial e financeira, que direta ou indiretamente visam à obtenção de receitas;
- **Investimentos** compreendem, geralmente, os gastos com obtenção de bens de uso da empresa.

Vale ressaltar que os critérios de classificação de um elemento como custo ou como despesas variam de empresa para empresa levando em consideração, entre outros fatores, o seu ramo de atuação.

Vejamos que, por exemplo, se uma empresa que é fabricante de ônibus identifica que falta uma peça no seu produto justamente quando a linha de produção está no meio do processo e necessita utilizar um caminhão próprio para ir até outra cidade para comprá-la o combustível gasto no percurso é uma despesa. No entanto, se a empresa contratar uma transportadora para buscar esta peça, o combustível para transportadora será classificado como custo.

Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa é um dos mais importantes instrumentos de análise financeira. Trata-se do registro e controle de entradas e saídas de dinheiro no caixa de uma empresa. Tem papel fundamental no planejamento financeiro de qualquer empresa uma vez que através dele se pode mensurar os momentos em que a empresa terá “sobras” ou “falta” de recursos. Por esse motivo é um dos instrumentos mais utilizados pelos gestores em seu dia a dia.

Trata-se de um relatório que detalha toda a movimentação de dinheiro em um período qualquer. Utilizar adequadamente o fluxo de caixa permite averiguar o grau de dependência financeira da organização com base na avaliação de seu potencial de gerar recursos, saldar dívidas e compromissos assumidos e remunerar seus acionistas.

Estudar detalhadamente o fluxo de caixa permite, ainda, avaliar a necessidade de capital de giro da organização de forma a verificar se esta necessita, possui os recursos que são necessários para seu financiamento ou se terá de captá-los junto a terceiros. No capítulo 06 da apostila estudaremos a fundo o tema necessidade de capital de giro abordando, inclusive, as diversas formas em se captar recursos junto a terceiros.

Temos assim o Fluxo de caixa realizado e o fluxo de caixa projetado. O fluxo de caixa realizado nada mais é que o fluxo de caixa que já ocorreu em períodos anteriores e serve de base para o planejamento do fluxo de caixa futuro através da comparação de períodos, análise de tendências e planificação de despesas e projeção de receitas. Já o fluxo de caixa projetado é justamente o produto deste planejamento onde se evidenciam as possibilidades de movimentação financeira futura mediante informações previamente levantadas.

Assista este vídeo sobre o Fluxo de Caixa e perceba a importância de compreender como ele funciona:



Mesmo empresas lucrativas podem ter problemas de caixa. Estes problemas são fruto de descompassos entre a entrada e saída de recursos que podem ter origem em uma falta de controle por parte do administrador, em uma incapacidade do gestor na negociação de prazos de pagamento e recebimento bem como podem ser fruto de uma mera sazonalidade do mercado em casos mais simples. Estes descompassos podem ainda surgir de uma inadimplência de seus clientes. Vejamos abaixo um modelo de fluxo de caixa onde podemos verificar claramente que se trata de uma ferramenta simples e muito útil no gerenciamento de entradas e saídas de dinheiro. São agrupadas no primeiro bloco as contas que representam entradas de recursos e no segundo bloco as contas que representam as saídas, na terceira coluna temos o saldo.

Fluxo de Caixa - Resumo Geral		
Entrada	Saída	Saldo
R\$6.270,00	R\$1.851,00	R\$4.419,00

Data	Tipo	Área	Descrição	Valor	Saldo
02/01/2020	Saída	Comercial	Pesquisa	R\$ 20,00	R\$ 2.480,00
03/01/2020	Saída	Marketing	Anúncio	R\$ 125,00	R\$ 2.355,00
04/01/2020	Entrada	RH	Brinde	R\$ 2.900,00	R\$ 5.255,00
05/01/2020	Saída	Produção	Matéria Prima	R\$ 85,00	R\$ 5.170,00
06/01/2020	Entrada	Comercial	Venda	R\$ 850,00	R\$ 6.020,00
07/01/2020	Saída	Marketing	Anúncio	R\$ 450,00	R\$ 5.570,00
08/01/2020	Saída	Geral	Transporte	R\$ 85,00	R\$ 5.485,00
09/01/2020	Saída	Geral	Transporte	R\$ 56,00	R\$ 5.429,00
12/01/2020	Saída	Marketing	Anúncio	R\$ 1.000,00	R\$ 4.429,00
20/01/2020	Entrada	Financeiro	Contabilidade	R\$ 20,00	R\$ 4.449,00
21/01/2020	Saída	Geral	Transporte	R\$ 30,00	R\$ 4.419,00

Figura: Fluxo de Caixa: Próprio Autor

Resumo

Compreender as demonstrações financeiras é fundamental para que um administrador financeiro tenha em mão subsídios que lhe permitam gerenciar com sucesso qualquer empresa. O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que permite apurar como está estruturado o patrimônio de uma empresa ao final de cada exercício contábil sob seus aspectos quantitativos e qualitativos. A DRE é uma demonstração que evidencia as receitas, custos e despesas incorridas durante o exercício social segundo o que rege o chamado regime de competência. O fluxo de caixa é um dos mais importantes instrumentos de análise financeira. Trata-se do registro e controle de entradas e saídas de dinheiro no caixa de uma empresa.

Atividades

Assista o vídeo sobre Balanço Patrimonial e responda as questões:



1. O que é um Balanço Patrimonial e qual a sua importância?
2. O que a DRE permite apurar?
3. Explique a importância de um fluxo de caixa no dia a dia de um administrador financeiro.
4. Defina com suas palavras Ativo e Passivo.
5. O que representa a conta Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial?

Tema 11: Análise Vertical e Horizontal de Balanços e DRE

Para analisarmos de forma mais eficiente as situações financeiras da empresa é preciso considerar três metodologias de análise muito importantes que são a análise vertical, análise horizontal e análise através de índices. Quanto à análise através de índices trataremos do assunto no capítulo 5.

A análise vertical de balanços visa verificar como estão estruturados o ativo e o passivo da empresa. Através da análise vertical procura-se obter o percentual de participação de uma conta em relação ao total do ativo/passivo ou ainda do total de seu respectivo grupo de contas. Através da técnica de análise vertical podemos também calcular a proporção das contas que compõe a Demonstração do Resultado do Exercício em relação à Receita Líquida de Vendas. Para efetuarmos o cálculo da análise vertical do balanço patrimonial devemos proceder conforme a fórmula abaixo:

$$A.V. = \frac{\text{Conta (ou Grupo de Contas)}}{\text{Ativo Total ou Passivo Total}} \times 100$$

Podemos também efetuar o cálculo das porcentagens relacionando cada conta com o total de seu grupo. Neste caso devemos inserir uma coluna ao lado da análise vertical (% A.V.) e a denominamos (“% Sobre o Grupo”). Didaticamente analisaremos apenas contas e grupos de contas em relação a seu total geral (Ativo Total, Passivo Total e Receita Líquida). Vejamos na figura uma demonstração prática de Análise Vertical aplicada em um Balanço Patrimonial:

$(18.050 - 22.600) \times 100 = 79,87 \%$

$(13.350 + 20.650) \times 100 = 64,65 \%$

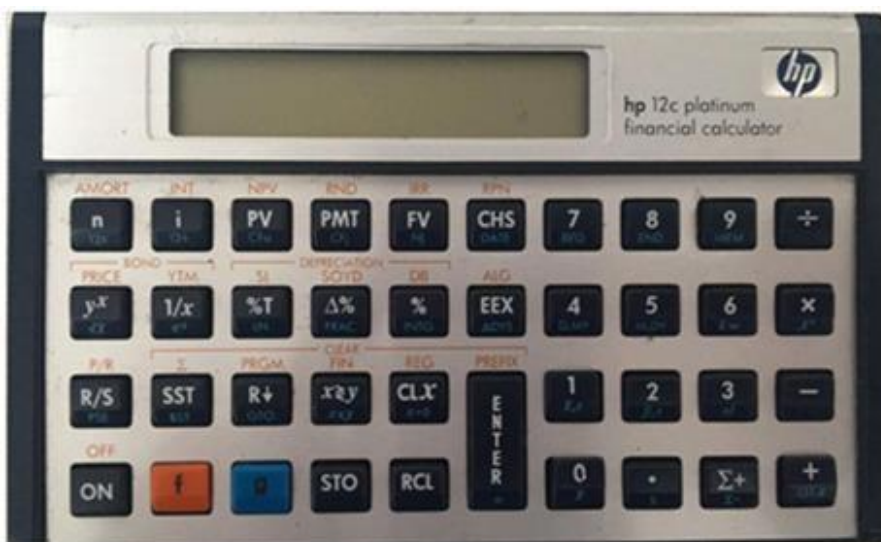
BALANÇO PATRIMONIAL - GRUPO GUERDAU 2019									
ATIVO	31/12/15		31/12/16		PASSIVO	31/12/15		31/12/16	
	R\$ MIL	% A.V.	R\$ MIL	% A.V.		R\$ MIL	% A.V.	R\$ MIL	% A.V.
CIRCULANTE	18.050	79,87%	13.350	64,65%	CIRCULANTE	14.100	62,39%	16.000	77,48%
Caixa	450	1,99%	300	1,45%	Fornecedores	7.100	31,42%	5.000	24,21%
Bco. Cla. Mov.	8.000	35,40%	6.050	26,30%	Empréstimos	7.000	30,97%	11.000	53,27%
Duplic. A Receber.	9.000	39,82%	4.000	19,37%	EXIG. A L.P.	1.020	4,51%	2.500	12,11%
Estoques	1.050	4,65%	3.000	14,53%	Financiamentos	1.020	4,51%	2.500	12,11%
REALIZ. A L.P.	2.050	9,07%	2.300	11,14%					
Aplic. Financeiras	2.050	9,07%	2.300	11,14%	P.L.	7.480	33,10%	2.150	10,41%
PERMANENTE	2.500	11,06%	5.000	24,21%	Capital Social	4.330	19,16%	5.000	24,21%
Veículo	500	2,21%	2.000	9,69%	Reservas	850	3,76%	650	3,15%
Imóveis	2.000	8,85%	3.000	14,53%	Lucros Acumulados	2.300	10,18%	(3.500)	-16,95%
ATIVO TOTAL	22.600	100%	20.650	100%	PASSIVO TOTAL	22.600	100%	20.650	100%

Como Ativo Total e Passivo Total representam os totais dos grupos o resultado sempre será 100%.

A mesma lógica de cálculo se aplica nas quatro colunas seguindo a fórmula:

$$A.V. = \frac{\text{Conta (ou Grupo de Contas)}}{\text{Ativo Total ou Passivo Total}} \times 100$$

Para o cálculo utilizando a calculadora HP12C® procedemos conforme exemplo abaixo, foi calculada a análise vertical do Ativo Circulante em relação ao Ativo Total:



ON Pressione "ON" para ligar.

f 2 Depois pressione "f" "2" para trabalhar com duas casas após a vírgula

2 2 6 0 0 Digite "22600"

ENTER Tecla "ENTER"

1 8 0 5 0 Digite "18050"

%T Tecla "%T"

Calculadora HP 12 C: Assista ao vídeo e veja o uso desta Calculadora Financeira



Você pode baixar o Aplicativo da Calculadora HP 12 C na sua loja de Aplicativos!!!!

Para aplicar a técnica da Análise Vertical na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE devemos utilizar a fórmula abaixo:

$$A.V. = \frac{\text{Conta (ou Grupo de Contas)}}{\text{Receita Líquida de Vendas}} \times 100$$

Vejamos na figura uma demonstração prática de Análise Vertical aplicada a uma DRE:

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício – GRUPO GUERDAU 2019				
CONTA	2015 R\$ MIL	% A.V.	2016 R\$ MIL	% A.V.
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21.100	100%	25.900	100%
(-) CMV – Custo da Mercadoria Vendida	(15.000)	-71,09%	(18.650)	-64,19%
(=) LUCRO BRUTO	6.100	28,91%	7.350	28,38%
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(2.200)	-10,43%	(2.400)	-9,27%
(-) Despesas Administrativas	(1.300)	-6,16%	(1.450)	-5,6%
(-) Despesas de Vendas	(900)	-4,27%	(950)	-3,67%
(=) RESULTADO OPERACIONAL	3.900	18,48%	4.950	19,11%
(-) Receitas/Despesas Financeiras	(1.850)	-8,77%	(6.250)	-9,32%
(=) LUCRO OPERACIONAL	3.050	14,45%	(1.300)	-5,02%
(-) Despesas não Operacionais	(100)	-0,47%	(50)	-0,19%
(=) LUCRO ANTES DO IRE E CSLL	2.950	13,98%	(1.350)	-5,21%
(-) Provisão para IRE E CSLL	(950)	-4,5%	(650)	2,12%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.000	9,48%	(1.900)	7,34%

$(-15.000 + 21.100) \times 100 = -71,09\%$

$(-18.650 + 25.900) \times 100 = -64,19\%$

Como a Receita Total representa o total o resultado sempre será 100%.

A mesma lógica de cálculo se aplica nas duas colunas seguindo a fórmula:

$$A.V. = \frac{\text{Conta (ou Grupo de Contas)}}{\text{Receita Líquida de Vendas}} \times 100$$

No que se refere à análise horizontal de balanços, devemos compreender que esta visa verificar as alterações ocorridas entre períodos diferentes nas diversas contas do Balanço patrimonial. Objetiva avaliar o aumento ou diminuição dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado, numa determinada série histórica de exercícios. Com a mesma técnica avaliamos também a evolução das contas que compõe a Demonstração do Resultado do Exercício. Para efetuarmos o cálculo da análise horizontal, tanto do balanço patrimonial quanto da Demonstração do Resultado do Exercício, devemos proceder conforme a fórmula abaixo:

$$A.H. = \left(\frac{\text{Valor do Período}}{\text{Valor do Período Anterior}} \right) - 1 \times 100$$

Vejamos na figura uma demonstração prática de Análise Horizontal aplicada em um Balanço Patrimonial:

$$(13.350 + 18.050) - 1 \times 100 = 26,04 \%$$

BALANÇO PATRIMONIAL –							
ATIVO	31/12/15	31/12/16	% A.H.	PASSIVO	31/12/15	31/12/16	% A.H.
	R\$ MIL	R\$ MIL			R\$ MIL	R\$ MIL	
CIRCULANTE	18.050	13.350	26,04%	CIRCULANTE	14.100	16.000	13,48%
Caixa	450	300	33,33%	Fornecedores	7.100	5.000	29,58%
Bco. Cta. Mov.	8.000	6.050	4,38%	Empréstimos	7.000	11.000	57,14%
Duplic. A Receber	9.000	4.000	55,56%	EXIG. A L.P.	1.020	2.500	145,10%
Estoques	1.050	3.000	185,71%	Financiamentos	1.020	2.500	145,10%
REALIZ. A L.P.	2.050	2.300	12,20%				
Aplic. Financeiras	2.050	2.300	12,20%	P. L.	7.480	2.150	71,26%
PERMANENTE	2.500	5.000	100%	Capital Social	4.330	5.000	15,47%
Veículo	500	2.000	300%	Reservas	850	650	23,53%
Imóveis	2.000	3.000	50%	Lucros Acumulados	2.300	(3.500)	52,17%
ATIVO TOTAL	22.600	20.650	8,63%	PASSIVO TOTAL	22.600	20.650	8,63%

A mesma lógica de cálculo se aplica nas duas colunas seguindo a fórmula:

$$A.H. = \left(\frac{\text{Valor do Período}}{\text{Valor do Período Anterior}} \right) - 1 \times 100$$

Para aplicar a análise horizontal em uma DRE utilizamos a mesma lógica de cálculo e a mesma fórmula utilizada na análise horizontal de Balanços Patrimoniais. Segue abaixo um exemplo de aplicação de Análise Horizontal em uma DRE:

$$(25.900 + 21.100) - 1 \times 100 = 22,75\%$$

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício – CIA TEXTIL TODO PANO LTDA 2015/2016			
CONTA	2015 R\$ MIL	2016 R\$ MIL	% A.H.
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21.100	25.900	22,75%
(-) CMV – Custo da Mercadoria Vendida	(15.000)	(18.550)	23,67%
(=) LUCRO BRUTO	6.100	7.350	20,49%
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(2.200)	(2.400)	9,09%
(-) Despesas Administrativas	(1.300)	(1.450)	11,54%
(-) Despesas de Vendas	(900)	(950)	5,56%
(=) RESULTADO OPERACIONAL	3.900	4.950	26,92%
(-) Receitas/Despesas Financeiras	(1.850)	(6.250)	237,87%
(=) LUCRO OPERACIONAL	3.050	(1.300)	-
(-) Despesas não Operacionais	(100)	(50)	-50%
(=) LUCRO ANTES DO IRE CSLL	2.950	(1.350)	-
(-) Provisão para IN E CSLL	(950)	(550)	-42,11%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.000	(1.900)	-195%

As análises Verticais e Horizontais devem ser realizadas sempre em conjunto de forma a se averiguar o grau de influência que uma exerce sobre a outra e se obter uma melhor conclusão sobre a evolução dos valores nos demonstrativos da empresa. Vale destacar que para a elaboração de relatório final de análise os resultados devem ser observados de forma contextual onde o analista deverá se ater aos relacionamentos existentes entre as diversas contas a fim de verificar o destino dado aos recursos captados pela empresa junto aos seus sócios ou a terceiros.



O estudo da Análise Vertical e Horizontal, em conjunto com a análise dos indicadores de rentabilidade, permitirá ao analista identificar as causas principais das variações ocorridas nos indicadores de liquidez da empresa.

Resumo

A análise vertical se destina a medir em termos percentuais cada componente em relação ao total do qual faz parte. A análise horizontal se destina a avaliar o aumento ou diminuição dos valores que compõe o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

Atividades

Assista estas dicas sobre Análise Vertical e Horizontal



1. Faça a análise horizontal e a análise vertical para o balanço patrimonial abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL – EMPRESA DE COPOS JABAQUARA S/A.											
ATIVO	31/12/2014		31/12/2015		%	PASSIVO	31/12/2014		31/12/15		%
	R\$ MIL	%A.V.	R\$ MIL	%A.V.			A.H.	R\$ MIL	%A.V.	R\$ MIL	
CIRCULANTE	1.107		1.232			CIRCULANTE	809		917		
Disponibilidades	63		93			Fornecedores	468		590		
Contas a Receber	244		369			Contas a Pagar	181		80		
Estoques	800		750			Impostos	160		154		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	43		38			EXIGIVEL A LONGO PRAZO	213		169		
Duplicatas a Pagar	29		20			Financiamentos	160		120		
Outros	14		18			Outros	53		49		
PERMANENTE	399		748			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	527		932		
Investimentos	129		173			Capital Social	250		450		
Imobilizado	257		553			Reservas	92		261		
Diferido	13		22			Lucros Acumulados	185		221		
ATIVO TOTAL	1.549		2.018			PASSIVO TOTAL	1.549		2.018		

2. Faça a análise horizontal e a análise vertical para a DRE abaixo:

D.R.E. – EMPRESA DECOPOS JABAQUARA S/A	2015		2016		% A.H.
	R\$ Mil	A.V.%	R\$ Mil	A.V.%	
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS	2.007		3.009		
Custo dos Produtos Vendidos	(1.420)		(2.100)		
LUCRO BRUTO	587		909		
DESPESAS OPERACIONAIS	(447)		(657)		
Despesas Administrativas	(180)		(381)		
Despesas Comerciais	(47)		(103)		
Despesas Tributárias	(184)		(126)		
Depreciação/Amortização	(16)		(21)		
Outras	(20)		(26)		
RESULTADO OPERACIONAL	140		252		
Receitas/Despesas Financeiras	(35)		(18)		
LUCRO OPERACIONAL	105		234		
Receita/Despesas Não Operacional	(23)		(36)		
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	82		198		
Provisão Para o IR e CSLL	(25)		(60)		
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	57		138		

3. Qual a função de uma análise horizontal?

4. Qual a função de uma análise vertical?

5. Quais as diferenças entre a análise vertical e a horizontal?

Tema 12: Exercícios práticos de análise horizontal e vertical.

No capítulo anterior estudamos de forma aprofundada como desenvolver as análises Verticais e Horizontais em Balanços Patrimoniais e em Demonstrações do Resultado do Exercício. Neste capítulo propomos uma série de exercícios como forma de fixação de conteúdo e melhor aprendizado. Desenvolva-os juntamente com o professor de forma a sanar as dúvidas quanto ao desenvolvimento e análise de resultados.

A) Realize a ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL do Balanço patrimonial e DRE a seguir e interprete os dados através de um BREVE RELATÓRIO:

BALANÇO PATRIMONIAL – INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTFORT LTDA.											
ATIVO	31/12/2015		31/12/2016		%AH	PASSIVO	31/12/2015		31/12/2016		%AH
	R\$ MIL	%AV	R\$ MIL	%AV			R\$ MIL	%AV	R\$ MIL	%AV	
Circulante	9.000		12250			CIRCULANTE	6550		10550		
Caixa	380		250			Fornecedores	2400		3540		
Contas a receber	4.074		5675			Empréstimos	2300		5100		
Estoques	3.600		5200			Outros	1850		1910		
Outros	1.076		995			EXIGIVEL A LONGO PRAZO	1020		1820		
						Financiamentos	1000		1800		
						Outros	20		20		
Permanente						PATRIMONIO LIQUIDO	4930		6680		
Imobilizado	5.000		9000			Capital Social	2980		5000		
Dep. Acumulada	(1.500)		(2200)			Reservas	468		390		
						Lucros Acumulados	1482		1290		
ATIVO TOTAL	12500		19050			PASSIVO TOTAL	12500		19050		

D.R.E. – INDÚSTRIA DE EMBALAGENS PLASTFORT LTDA.	2015		2016		% A.H.
	R\$ Mil	A.V.%	R\$ Mil	A.V.%	
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	18000		19800		
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(12000)		(13200)		
(=) LUCRO BRUTO	6000		6600		
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	(3368)		(3700)		
(-) Despesas Administrativas	(1935)		(1961)		
(-) Despesas de Vendas	(900)		(990)		
(-) Despesas dom Depreciação/Amortização	(533)		(749)		
(=) RESULTADO OPERACIONAL	2632		2900		
(-) Receitas/Despesas Financeiras	(552)		(1350)		
(=) LUCRO OPERACIONAL	2080		1550		
(-) Receita/Despesas Não Operacional	0		0		
(=) LUCRO ANTES DO IR E CSLL	2080		1550		
(-) Provisão Para o IR e CSLL	(730)		(550)		
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	1350		1000		

Relatório de Análise:

B) Realize a ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL do Balanço patrimonial e DRE a seguir e interprete os dados através de um BREVE RELATÓRIO:

BALANÇO PATRIMONIAL – IMPORTADORA DE ELETRONICOS – CHIN-LEE LTDA.											
ATIVO	31/12/2015		31/12/2016		% AH	PASSIVO	31/12/2015		31/12/2016		% AH
	R\$	% AV	R\$	% AV			R\$ MIL	%AV	R\$ MIL	% AV	
Circulante	504.000		1.302.400			CIRCULANTE	360.000		1.332.000		
Caixa	5.040		13.024			Fornecedores	180.000		386.280		
Bancos Cta. Movimento	35.280		52.096			Obrig. Tributárias	86.400		133.200		
Duplic. A Rec	272.160		182.336			Obrig. Trabalhistas	28.800		199.800		
Outros Valores a Rec.	40.320		39.072			Outros Valores a Pagar	7.200		66.600		
Estoques de Mercadorias	65.520		898.656			Empréstimos Bancários	57.600		546.120		
Despesas Antecipadas	10.080		13.024			EXIGIVEL A LONGO PRAZO	48.000		88.800		
Realizável a Longo Prazo	36.000		29.600			Financiamentos Bancários L.P.	48.000		88.800		
Títulos a Receber	36.000		29.600			Financiamentos	1000		1800		
Permanente	660.000		1.628.000			PATRIMONIO LIQUIDO	792.000		1.539.200		
Investimentos	26.400		30.400			Capital Social	810.000		1.554.592		
Imobilizações	594.000		1.519.560			Capital a Integral.	(158.400)		(154.488)		
Diferidos	39.600		81.400			Reserva de Capital	84.960		76.960		
						Lucros Acumulados	55.440		61.568		
ATIVO TOTAL	1.200.000		2.960.000			PASSIVO TOTAL	1.200.000		2.960.000		

D.R.E. – IMPORTADORA DE ELETRÔNICOS – CHIN-LEE LTDA.	2015		2016		% A.H.
	R\$ Mil	A.V.%	R\$ Mil	A.V.%	
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.592.640		1.748.400		
(-) Custo da Mercadoria Vendida	(875.952)		(1.084.008)		
(=) LUCRO BRUTO	716.688		664.392		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(477.792)		(227.292)		
(=) RESULTADO OPERACIONAL	238.896		437.100		
(-) Despesas Financeiras	(139.356)		(349.680)		
(=) LUCRO ANTES DO IR E CSLL	99.540		87.420		
(-) Provisão Para o IR e CSLL	(19.908)		(17.484)		
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	79.632		69.936		

Relatório de Análise:

Resumo

O Objetivo central desta aula é colocar em prática os conteúdos desenvolvidos de forma que o aluno desenvolva um plano de análise financeira vertical e horizontal, utilizando das ferramentas contábeis de Balanço Patrimonial, DRE (Demonstração do Resultado do Exercício), projetando as despesas, bem como apurando o lucro.

Atividades

Assista este vídeo que vai te dar dicas de ouro da análise vertical e horizontal.



1. Qual das duas empresas dos Exercícios “A” e “B” é melhor estruturada quanto à sua liquidez?
2. Em qual empresa o lucro teve melhor desempenho de 2015 para 2016?
3. Em qual das duas empresas dos exercícios “A” e “B” a conta caixa tem maior participação do total do ativo?
4. No exercício “A” o que provocou a redução do lucro apesar do aumento da receita líquida total?
5. No exercício “B” o que provocou a redução do lucro apesar do aumento da receita líquida total?

Tema 13: Análise através de índices

Para que o gestor financeiro de uma empresa tenha maior segurança ao tomar uma decisão é muito importante que exista um controle eficiente das finanças da organização. Os índices são a técnica mais empregada para o estudo da situação financeira e econômica da empresa e dividem-se em Índices de Estrutura de Capital, Índices de Liquidez e Índices de Rentabilidade. Não existe uma quantidade fixa de índices que devem ser utilizados para se obter uma boa análise. Esta escolha fica a critério do gestor que com sabedoria deve optar por aqueles que melhor respondam às suas necessidades. Vejamos cada um dos índices mais importantes e suas respectivas formas de cálculo. Para todos os exemplos utilizaremos o modelo de Balanço Patrimonial e DRE abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL - FÁBRICA DE TECIDOS T&T				DRE - Demonstração do Resultado do Exercício -	
ATIVO	31/12/15	PASSIVO	31/12/15	CONTA	2015 R\$ MIL
	R\$ MIL		R\$ MIL		
CIRCULANTE	18.050	CIRCULANTE	14.100	RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21.100
Caixa	450	Fornecedores	7.100	(-) CMV - Custo da Mercadoria Vendida	(15.000)
Bco. Cta. Mov.	8.000	Empréstimos	7.000	(=) LUCRO BRUTO	6.100
Duplic. A Receber.	9.000	EXIG. A L.P.	1.020	(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(2.200)
Estoques	1.050	Financiamentos	1.020	(-) Despesas Administrativas	(1.300)
REALIZ. A L.P.	2.050			(-) Despesas de Vendas	(900)
Aplic. Financeiras	2.050	R.L.	7.480	(=) RESULTADO OPERACIONAL	3.900
PERMANENTE	2.500	Capital Social	4.330	(-) Receitas/Despesas Financeiras	(1.850)
Veículo	500	Reservas	850	(=) LUCRO OPERACIONAL	3.050
Imóveis	2.000	Lucros Acumulados	2.300	(-) Despesas não Operacionais	(100)
ATIVO TOTAL	22.600	PASSIVO TOTAL	22.600	(=) LUCRO ANTES DO IR E CSLL	2.950
				(-) Provisão para IR E CSLL	(950)
				RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.000

Considere ainda Patrimônio Líquido Inicial = R\$ 6.500.000,00.

Índices de Liquidez: O objetivo deste grupo de índices é o de avaliar a capacidade financeira da empresa, para satisfazer compromissos de pagamentos com terceiros, em curto e/ou longo prazo, dependendo do índice escolhido.

a) **Liquidez Instantânea ou Imediata:** Indica o quanto em termos monetários a empresa possui imediatamente para liquidar suas exigibilidades em curto prazo, esse indicador terá sua validade maior ou menor dependendo do ramo de atividade da empresa, da política comercial, cenário econômico do país etc. Análise: Quanto maior, melhor.

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{P.C.}$$

Fórmula:

Aplicação: $LI = 8.450 / 14.100 \rightarrow 0,59$ (Para cada R\$ 1,00 de dívida no curto prazo a empresa possui R\$ 0,59 de recursos imediatos para cobri-la)

b) **Liquidez Corrente ou Circulante:** Indica o quanto em termos monetários a empresa possui em bens e direitos para liquidar suas exigibilidades a curto prazo, esse indicador mostra claramente a folga financeira da empresa, portanto, indica a existência de capital de giro líquido. Análise: Quanto maior, melhor.

$$LC = \frac{A.C.}{P.C.}$$

Fórmula:

Aplicação: $LC = 18.050 / 14.100 \rightarrow 1,28$ (Para cada R\$ 1,00 de dívida no curto prazo a empresa possui R\$ 1,28 de recursos imediatos para cobri-la).

c) **Liquidez Seca:** Indica quanto em termos monetários a empresa possui no seu ativo circulante, independentemente dos estoques, para liquidar suas exigibilidades a curto prazo. Indica ainda, a proporção de comprometimento que a empresa tem em relação a seus estoques, isto é, a dependência ou não da realização dos mesmos. É o mais rigoroso teste de liquidez e capacidade financeira. Análise: Quanto maior, melhor.

$$LS = \frac{A.C. - \text{Estoques}}{P.C.}$$

Fórmula:

Aplicação: $LS = (18.050 - 1.050) / 14.100 \rightarrow 1,21$ (Para cada R\$ 1,00 de dívida no curto prazo a empresa possui R\$ 1,21 de recursos imediatos para cobri-la sem considerar os estoques, ou seja, não precisa vender seus estoques para honrar seus compromissos).

d) **Liquidez Geral:** Indica o quanto em termos monetários a empresa possui, no seu ativo, tanto no circulante como no longo prazo, para fazer frente às vezes exigibilidades tanto a curto como a longo prazo. Análise: Quanto maior, melhor.

$$LG = \frac{A.C. + R.L.P.}{P.C. + E.L.P.}$$

Fórmula:

Aplicação: $LG = (18.050 + 2.020) / (14.100 + 1.020) \rightarrow 1,33$ (Para cada R\$ 1,00 de dívida no curto e longo prazo a empresa possui R\$ 1,33 de recursos para cobri-la independente se os recursos são de curto prazo ou realizáveis no longo prazo).

Índices de Estrutura de Capitais: A estrutura de capitais de uma empresa é composta por recursos próprios ou captados junto a terceiros. Independentemente de sua origem o investidor deseja retorno sobre seus investimentos que ocorrem sob a forma de dividendos ou distribuição de lucros. E para saber como a empresa utiliza os recursos por ela captados precisamos utilizar os seguintes índices:

a) **Imobilização do Capital Próprio:** Indica a quantidade de recursos próprios estão financiando o ativo permanente, ou seja, quantos reais a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido. Uma boa política financeira nos diz que devemos possuir recursos próprios o bastante para cobrir as necessidades de recursos exigidos pelo ativo permanente e se possível sobrar para investimento em capital de giro. Desta forma, aplicar em ativo permanente indica, portanto, a ineficiência da política financeira se for maior que 100%. Análise: Quanto menor, melhor.

$$LC = \frac{A.C.}{P.C.}$$

Fórmula:

Aplicação: $ICP = (2.500 / 7.480) \times 100 \rightarrow 34,42$ (A empresa investiu R\$ 34,42 a cada R\$ 100,00 de capital próprio).

b) Participação de Capitais de Terceiros: Expressa em termos percentuais quanto do endividamento da empresa é composto por recursos captados junto a terceiros para cada R\$ 100,00 de capital próprio. Não pode ser muito elevado, pois aumenta as despesas financeiras da empresa diminuindo sua rentabilidade. Análise: Quanto menor, melhor.

$$PCT = \frac{P.C. + E.L.P.}{P.L.} \times 100$$

Fórmula:

Aplicação: $PCT = ((14.100 + 1.020) / 7.480) \times 100 \rightarrow 202,14$ (Para cada R\$ 100,00 de capital próprio a empresa possui R\$ 202,14 de recursos captados junto a terceiros).

c) Composição do Endividamento: Representa qual o percentual das obrigações de curto prazo da empresa compõe o total do endividamento. No Brasil há uma relativa dificuldade para captação de recursos para pagamento no longo prazo. Desta forma, os recursos captados devem ser aplicados em ativos circulantes. Análise: Quanto menor, melhor.

$$CE = \frac{P.C.}{P.C. + E.L.P.} \times 100$$

Fórmula:

Aplicação: $CE = (14.100 / (14.100 + 1.020)) \times 100 \rightarrow 93,25\%$ (93,25% das obrigações totais da empresa junto a terceiros devem ser pagas no curto prazo).

d) Imobilização dos Recursos Não Correntes: Indica o percentual dos recursos não correntes (Patrimônio Líquido e Exigível a Longo Prazo) foi destinado ao Ativo Permanente. Em regra, este índice deve ser inferior a 100%. Análise: Quanto menor, melhor.

$$IRNC = \frac{A.P.}{P.L. + E.L.P.} \times 100$$

Fórmula:

Aplicação: $IRNC = (2.500 / (7.480 + 1.020)) \times 100 \rightarrow 29,41\%$ (29,41% dos recursos de longo prazo foram aplicados imobilizados no ativo permanente).

Índices de Rentabilidade: A análise de rentabilidade de uma empresa tem caráter econômico e, por isso, deve-se tomar por base seu lucro líquido em comparação com o ativo, o volume total de suas vendas e o patrimônio líquido. Calculamos os índices de rentabilidade para saber em que medida a organização é rentável. Será que vale a pena investir recursos na empresa? Para calcular a rentabilidade utilizamos os seguintes índices principais:

a) Rentabilidade do Capital Próprio: Indica em termos percentuais quanto está rendendo o capital próprio investido na atividade da empresa em um determinado período. Análise: Quanto maior, melhor.

$$RCP = \frac{\text{Lucro Líquido}}{P.L. \text{ Médio}} \times 100$$

Fórmula:

Aplicação: $RCP = (2.000 / ((6.500 + 7.480) / 2)) \times 100 \rightarrow 28,61\%$ (O patrimônio líquido gerou 28,61% de rentabilidade no período apurado).

b) **Rentabilidade do Ativo Total:** Expressa quanto a empresa obteve de lucro em relação ao seu Ativo, ou seja, quanto o ativo da empresa rende em lucro. Trata-se de uma medida de eficiência no uso de recursos. Análise: Quanto maior, melhor.

$$\text{RAT} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Fórmula:

Aplicação: $\text{RAT} = (2.000 / 22.600) \times 100 \rightarrow 8,85\%$ (O ativo da empresa trouxe um lucro de 8,85% no período).

c) **Giro do Ativo:** Indica quanto a empresa teve de Receitas de Vendas para cada R\$ 1,00 de ativo total. É uma medida de retorno sobre o esforço de investimento global da empresa, uma vez que o total do ativo representa total de recursos captado pela empresa. Análise: Quanto maior, melhor.

$$\text{GA} = \frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Ativo Total}}$$

Fórmula:

Aplicação: $\text{GA} = 21.100 / 22.600 \rightarrow 0,93$ (A empresa obteve um retorno de receita líquida de vendas de R\$ 0,93 para cada R\$ 1,00 de recursos de seus ativos totais).

d) **Margem Líquida:** Indica em termos percentuais quanto a empresa obtém de lucro em relação às suas vendas líquidas totais. Análise: Quanto maior, melhor.

$$\text{ML} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$$

Fórmula:

Aplicação: $\text{ML} = 2.000 / 21.100 \times 100 \rightarrow 9,48\%$ (A empresa obteve 9,48% de lucro sobre o total de suas vendas líquidas).

Resumo

A análise através de índices envolve métodos, cálculos e interpretações de índices financeiros para compreender, analisar e monitorar o desempenho da empresa. Os índices são a técnica mais empregada para o estudo da situação financeira e econômica da empresa e dividem-se em Índices de Estrutura de Capital, Índices de Liquidez e Índices de Rentabilidade.

- **Índices de Liquidez:** Avaliam a capacidade financeira da empresa, para satisfazer compromissos de pagamentos com terceiros, em curto e/ou longo prazo.
- **Índices de Estrutura de Capitais:** Avalia como estão alocados os capitais captados pela empresa junto a terceiros e junto aos seus sócios.
- **Índices de Rentabilidade:** Utilizados para averiguar em que medida a organização é rentável verificando o quanto a empresa é atrativa a investimentos.

Atividades

Assista este vídeo sobre os índices de liquidez



Utilize o Balanço e a DRE abaixo e calcule os índices solicitados (Valores dados e R\$ Mil):

BALANÇO PATRIMONIAL – EMPRESA DE COPOS JABAQUARA S/A. – 31/12/2015				D.R.E. – EMPRESA DE COPOS JABAQUARA S/A. – 31/12/15.		RS Mil
ATIVO		PASSIVO				
CIRCULANTE	1.232	CIRCULANTE	917	RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS		2.007
Disponibilidades	93	Fornecedores	590	Custo dos Produtos Vendidos		(1.420)
Contas a Receber	389	Contas a Pagar	80	LUCRO BRUTO		587
Estoques	750	Impostos	154	DESPESAS OPERACIONAIS		(247)
REALIZÁVEL A L.P.	38	EXIGÍVEL A L.P.	169	RESULTADO OPERACIONAL		340
Duplicatas a Pagar	20	Financiamentos	120	Receitas/Despesas Financeiras		(35)
Outros	18	Outros	49	LUCRO OPERACIONAL		305
PERMANENTE	748	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	932	Receita/Despesas Não Operacional		(23)
Investimentos	173	Capital Social	450	LUCRO ANTES DO IR E CSLL		282
Imobilizado	553	Reservas	261	Provisão Para o IR e CSLL		(25)
Diferido	22	Lucros Acumulados	221	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		257
ATIVO TOTAL	2.018	PASSIVO TOTAL	2.018			

Considere ainda Patrimônio Líquido Inicial = 850 (R\$ Mil)

1. Índice de Liquidez Seca:
2. Índice de Liquidez Corrente
3. Imobilização do Capital Próprio
4. Participação de Capitais de Terceiros.
5. Composição do Endividamento.

Tema 14: Necessidade de Capital de Giro

Capital de Giro é um recurso que a empresa utiliza para financiar suas atividades no dia a dia. Trata-se de um recurso que se renova com grande rapidez e envolve dinheiro, créditos, estoques e etc. é o capital necessário para financiar as operações da empresa como o pagamento de fornecedores, a manutenção de estoques além do pagamento em dia de salários e outras obrigações circulantes. Como engloba fatores referentes ao Ativo e Passivo circulante trata-se de uma importante ferramenta de gestão. Leia este texto com as 7 dicas para Capital de Giro para sua empresa.




Toda empresa que realiza vendas a prazo muitas vezes não possui recursos para pagar seus fornecedores uma vez que ainda não recebeu suas vendas. Da mesma forma caso a empresa tenha estoques, estes precisam ser financiados uma vez que geram despesas. A maneira com a qual a empresa irá gerenciar seu capital de giro, vai depender de seus volumes de vendas, recebimentos, pagamentos, de sua política de crédito e do nível de estoque médio que deseja manter.

Para analisarmos a necessidade de capital de giro, podemos utilizar o fluxo de caixa, uma vez que é uma ferramenta que controla a entrada e saída de dinheiro em uma empresa, sendo possível identificar facilmente como está sua situação e projetar situações futuras como recebimentos e pagamentos e, então, medir quando realmente é necessário de capital de giro.


É preciso reduzir custos e despesas excessivas e procurar elevar a receita de cada uma das atividades da empresa e, para tanto, uma comunicação interdepartamental eficaz é fundamental para que se alcance o sucesso. Em termos práticos, o capital de giro é igual ao Capital Circulante Líquido que apuramos através da diferença entre o Passivo Circulante e o Ativo Circulante. Cujas fórmulas podemos ver abaixo:

$$CCL = AC - PC$$




**CAPITAL
DE GIRO**

=



**ATIVO
CIRCULANTE
(INCLUINDO ESTOQUE)**

-



**PASSIVO
CIRCULANTE**

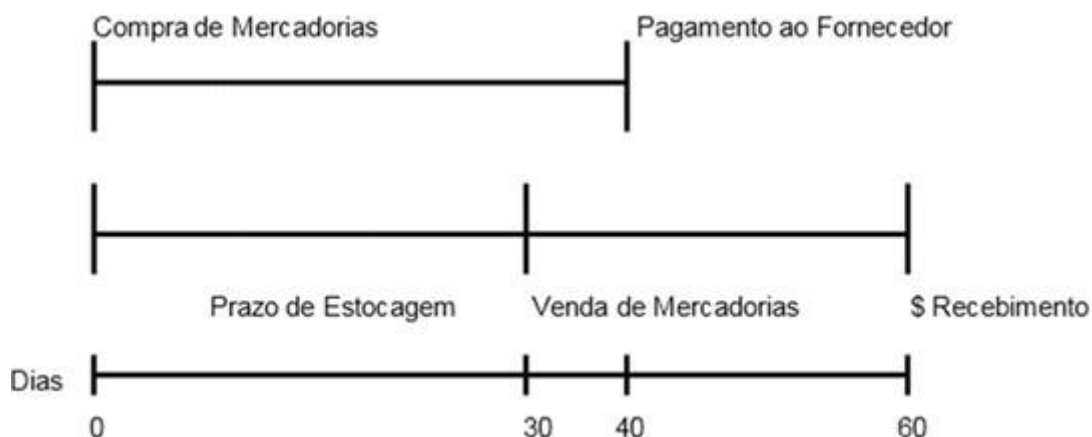
O CCL permite compreender se há folga nos ativos circulantes em relação aos passivos circulantes. Afinal, a empresa possui recursos de curto prazo para honrar suas dívidas também de curto prazo?

Quando procedemos ao cálculo do CCL e encontramos um valor negativo, significa que a empresa possui um maior nível de risco de liquidez e pode ter problemas em honrar suas pendências de curto prazo pois as dívidas de curto prazo são superiores aos recursos de curto prazo existentes.

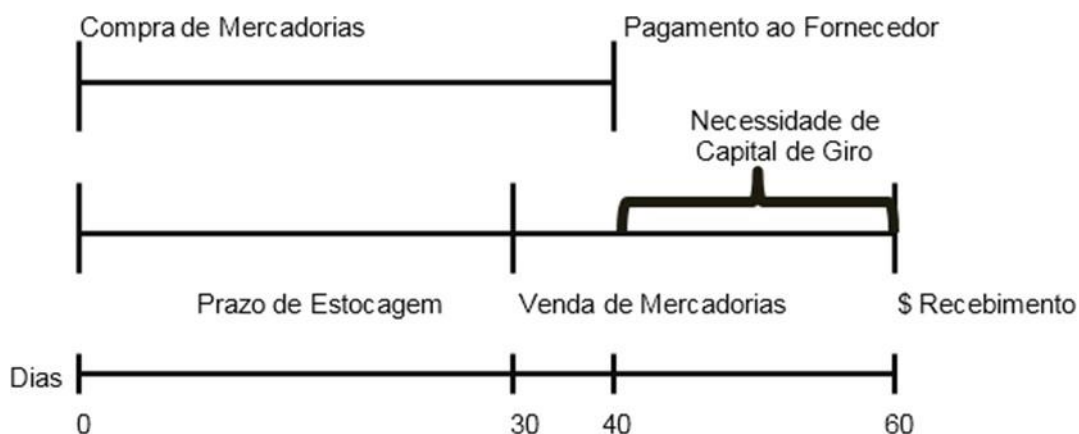
No entanto, não podemos analisar exclusivamente seu CCL uma vez que muitas empresas podem sobreviver mesmo tendo CCL negativo, pois, às vezes, esse fato ocorre da forma como a empresa opera. Para compreendermos melhor como funciona a necessidade de capital de giro em uma empresa precisamos entender o que são e como funcionam seu ciclo operacional e ciclo financeiro.

O ciclo operacional é o intervalo de tempo necessário entre a compra de mercadorias e o recebimento das vendas onde entre estas duas atividades temos a estocagem, a produção, a venda da mercadoria e o pagamento ao fornecedor. Vejamos na figura abaixo a ilustração de um ciclo operacional onde podemos notar que o pagamento ao fornecedor ocorreu 40 dias após a compra de mercadorias

sendo que o recebimento das vendas ocorreu apenas 60 dias da compra, ou 30 dias da venda da mercadoria.



Analisando o Ciclo operacional apondo-o ao ciclo financeiro podemos verificar o nível do impacto deste descompasso quanto às datas de pagamento ao fornecedor e o recebimento das vendas de mercadorias:



Notamos claramente que existe uma diferença de 20 dias entre o pagamento ao fornecedor e ao recebimento das vendas de mercadorias. Nesse período do ciclo financeiro da empresa existe uma necessidade de capital de giro. Esta necessidade pode ser financiada através de recursos próprios dos sócios na forma de aportes de capital social ou através da captação de recursos junto a bancos. O ciclo financeiro é o período que decorre entre o pagamento de seus fornecedores e o recebimento das vendas das mercadorias.

Recomenda-se, em geral, que os financiamentos bancários sejam usados para investimentos e não para subsidiar o funcionamento da empresa sendo que negociar prazos junto a fornecedores continua sendo uma excelente e importante estratégia além de acompanhar diariamente o fluxo de caixa da empresa para evitar surpresas.

Falhas na gestão do Capital de Giro podem forçar a empresa a buscar recursos adicionais que normalmente ocorrem através de empréstimos bancários que, no Brasil, possuem taxas de juros extremamente altas. No entanto, se usado com sabedoria, o Banco pode ser um importante parceiro de negócios para a empresa.

Resumo

Capital de Giro é um recurso que a empresa utiliza para financiar suas atividades no dia a dia. Trata-se de um recurso que se renova com grande rapidez e envolve dinheiro, créditos, estoques etc.

Toda empresa que realiza vendas a prazo muitas vezes não possui recursos para pagar seus fornecedores uma vez que ainda não recebeu suas vendas. Em termos práticos, o capital de giro é igual ao Capital Circulante Líquido que apuramos através da diferença entre o Passivo Circulante e o Passivo Circulante. O CCL permite compreender se há folga nos ativos circulantes em relação aos passivos circulantes. O ciclo operacional é o intervalo de tempo necessário entre a compra de mercadorias e o recebimento das vendas onde entre estas duas atividades temos a estocagem, a produção, a venda da mercadoria e o pagamento ao fornecedor. O ciclo financeiro é o período que decorre entre o pagamento de seus fornecedores e o recebimento das vendas das mercadorias. Muitas vezes podem ocorrer necessidades de capital de giro e este pode ser financiado através de recursos próprios dos sócios na forma de aportes de capital social ou através da captação de recursos junto a bancos na forma de empréstimos bancários ou antecipação de recebíveis.

Atividades

Assista este vídeo com dicas de Capital de giro



1. O que é Capital de Giro?
2. Como se calcula o CCL?
3. Defina ciclo operacional:
4. Defina ciclo financeiro:
5. Quais os principais meios de financiamento de capital de giro?

Referências bibliográficas

MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GITMAN, L. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

NEVES, João Carvalho das. Análise Financeira – Métodos e técnicas, 11ª Ed. Lisboa, Texto Editora, 1996

MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GITMAN, L. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.